



Saraiva S.A.
Livresiros Editores
CNPJ nº 60.500.139/0001-26
Companhia Aberta



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Saraiva S.A. Livresiros Editores (BM&FBOVESPA: SLED3 e SLED4), um dos maiores varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o quarto trimestre e ano, encerrado em 31 de dezembro de 2016.

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao quarto trimestre (4T16) e ano de 2016 Consolidados, e as comparações feitas em relação às informações do Varejo do quarto trimestre (4T15) e ano de 2015, exceto quando indicado de outra forma.

As Informações contábeis intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

DESTAQUES

- Importantes conquistas de *market share* (1), com ganhos nas principais categorias de atuação: Livros (+1,2 p.p.), Telefonias (+0,1 p.p.) e Games/consoles (+2,6 p.p.). Mesmo diante do quadro recessivo, nossas vendas superaram as principais referências em nossos mercados de atuação.
- Bom desempenho no canal de e-commerce, com crescimento de 5,0% nas vendas brutas do 4T16 e 8,9% no ano.
- Continuidade da melhora da margem bruta pelo sétimo trimestre consecutivo. A margem bruta do Varejo foi de 32,5% no 4T16, 0,2 p.p. acima do obtido no 4T15 (32,2%). Em termos anuais, a margem bruta do Varejo demonstrou relevante ganho e atingiu 34,2% em 2016, 1,4 p.p. acima do obtido em 2015 (32,8%).
- Redução nas Despesas Operacionais, com queda de 5,5% no 4T16 em relação às despesas recorrentes do 4T15. Desconsiderando o impacto do INSS, que voltou a incidir sobre a folha de pagamento a partir de nov/15, a redução alcançaria 6,8%, refletindo queda pelo quarto trimestre consecutivo. No acumulado de 2016, as despesas tiveram queda nominal de 2,6% e 6,0% desconsiderando o efeito do INSS.
- O EBITDA no 4T16 foi de R\$ 10 milhões, demonstrando ganho em relação ao EBITDA ajustado de R\$ 5 milhões no 4T15. A Margem EBITDA no período foi de 2,1% (+1,2 p.p. versus o 4T15). Em termos anuais, o EBITDA foi de R\$ 32 milhões com margem de 1,8% em 2016 (+1,7 p.p. versus 2015).
- Avanço na ampliação da oferta de serviços e melhoria da experiência em nossas lojas, com a inclusão de novas parcerias de Cafés com renomados operadores e o fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica Apple (presente em 14 lojas) e do serviço de Troca Inteligente (existente em 81 lojas).
- Reforço de nosso posicionamento estratégico como operação multicanal, com o aprimoramento do serviço *Click & Collect*, em que o cliente compra no *E-commerce* e recebe onde for mais conveniente, com avanço para 13,1% em 2016 contra 9,9% registrados em 2015.
- Implementação em todas as nossas unidades do "Saraiva Entrega", serviço lançado no 3T16, disponível nas lojas e integrado ao *E-commerce*, que permite a venda de produtos não disponíveis nas lojas para entrega onde for mais conveniente para o cliente.
- Conclusão, no 4T16, da mudança do ponto da loja localizada no Shopping Iguatemi Alphaville (Barueri/SP) e a redução das áreas ocupadas pelas lojas localizadas no shopping Salvador (Salvador/BA) e Shopping Crystal (Curitiba/PR), otimizando o custo operacional nestas unidades.
- Inauguração em dezembro/16 de uma loja localizada em Franca, importante cidade do interior de São Paulo. Com 260 m² de área de vendas, os resultados iniciais têm sido animadores e reforçam o posicionamento dentro da estratégia de expansão em cidades médias.
- Como resultado do foco da Companhia no aprimoramento contínuo da experiência de compra de seus clientes, temos avaliação "Nível Ótimo" no *site* "Reclame Aqui" (base fevereiro/17), plataforma referência para reputação das empresas sobre o nível de serviço prestado aos consumidores.
- Conclusão da venda da operação editorial com o recebimento de R\$ 22 milhões (base 30/12/2015) em dezembro/16, relativo à última parcela que estava depositada (*escrow account*) em garantia de ajuste de preço.
- A Saraiva foi a única livraria não europeia convidada a integrar o *International Summit of Leading Booksellers*, fórum internacional que reúne livrarias europeias de diversos países, líderes em seus respectivos mercados e que promove *benchmarking* de informações e dados estratégicos, além da troca de melhores práticas, novas experiências e acesso a importantes tendências de mercados, categorias e de consumo.

(1) Dados acumulados de 2016 versus 2015 do mercado expandido da consultoria GFK.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Inauguração em janeiro/17, de uma nova loja localizada na North Shopping, em Fortaleza. Com 643 m² de área de vendas, a Megastore oferece uma experiência completa de nosso *mix* de produtos e serviços.
- Encerramento, em fevereiro/16, das atividades da loja no IBMEC (127 m² de área de vendas), localizada no Rio de Janeiro.
- Alcançamos no início de 2017 importantes reconhecimentos e premiações:
 - Prêmio LIDE de Varejo, Consumo & Shopping Centers, na categoria "atuação digital no varejo e shopping centers". Promovido pelo LIDE, Grupo de Líderes Empresariais, o prêmio é um reconhecimento aos líderes do setor;
 - Prêmio E-bit, pela 3ª vez, de Melhores do *E-commerce* na categoria "Uma das cinco lojas mais queridas", e também o 1º lugar no prêmio "Livraria mais querida";
 - 3º lugar na pesquisa do IBOPE/Conecta para avaliar a satisfação dos consumidores com os principais *E-commerces* do país; e
 - 1º lugar no ranking de cartões de crédito de lojas com o melhor custo-benefício no Brasil. Em parceria com o Banco do Brasil e a Visa, o cartão de crédito Saraiva obteve o melhor resultado segundo uma pesquisa da consultoria CVA Solutions realizada em novembro/16 e divulgada em fevereiro/17.

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1 - (R\$ mil, exceto quando indicado)

Varejo	2016	2015	A/A	4T16	4T15	A/A	3T16	T/T
Receita Bruta (Lojas + <i>E-commerce</i>)	1.890.859	1.898.263	-0,4%	537.444	542.789	-1,0%	406.098	32,3%
Lojas	1.276.743	1.334.569	-4,3%	370.164	383.401	-3,5%	270.677	36,8%
<i>E-commerce</i>	614.116	563.693	8,9%	167.280	159.388	5,0%	135.422	23,5%
Receita Líquida (Lojas + <i>E-commerce</i>)	1.737.563	1.773.443	-2,0%	487.101	499.043	-2,4%	374.721	30,0%
Lojas	1.190.848	1.246.283	-4,4%	341.423	355.832	-4,0%	253.017	34,9%
<i>E-commerce</i>	546.715	527.160	3,7%	145.677	143.211	1,7%	121.704	19,7%
Lucro Bruto (1)	594.279	580.869	2,3%	158.077	160.864	-1,7%	129.401	22,2%
Margem Bruta (%) (1)	34,2%	32,8%	1,4 p.p.	32,5%	32,2%	0,2 p.p.	34,5%	-2,1 p.p.
Despesas Operacionais (2)	(562.670)	(577.925)	-2,6%	(147.730)	(156.308)	-5,5%	(129.012)	14,5%
EBITDA (2)	31.609	2.944	>500%	10.347	4.556	127,1%	405	>500%
Margem EBITDA (%) (2)	1,8%	0,2%	1,7 p.p.	2,1%	0,9%	1,2 p.p.	0,1%	2,0 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido antes das Operações Descontinuadas	(51.490)	(81.698)	-37,0%	(19.430)	(23.035)	-15,6%	(15.795)	23,0%
Margem Líquida antes das Operações Descontinuadas (%)	-3,0%	-4,6%	1,6 p.p.	-4,0%	-4,6%	0,6 p.p.	-4,2%	0,2 p.p.
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas (Líquidos impostos)	1.686	320.692	-99,5%	(2.458)	217.238	-	2.706	-
Lucro (Prejuízo) Líquido (3)	(49.804)	238.994	-	(21.888)	194.203	-	(13.089)	67,2%
Margem Líquida (%) (3)	-2,9%	13,5%	-16,3 p.p.	-4,5%	38,9%	-43,4 p.p.	-3,5%	-1,0 p.p.
Crescimento Lojas (SSS - %) (4)	-4,5%	-1,7%	-2,8 p.p.	-4,6%	-2,9%	-1,7 p.p.	-7,5%	2,9 p.p.
Crescimento <i>E-commerce</i>	8,9%	-4,3%	13,2 p.p.	5,0%	1,7%	3,3 p.p.	8,1%	-3,2 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do período	113	112	0,9%	113	112	0,9%	113	0,0%
Área de Vendas - Final do período (m²)	61.851	62.424	-0,9%	61.851	62.424	-0,9%	62.171	-0,5%

Nota: (1) Exclui os efeitos da mudança de estimativa para obsolescência dos estoques (-R\$ 58 milhões) de dezembro/15.

Nota: (2) Exclui os efeitos do resultado da venda dos ativos editoriais concluída em dezembro/15 (+R\$ 403 milhões), despesas extraordinárias do 4T15 (-R\$ 19 milhões) e o resultado de equivalência patrimonial em dezembro/15.

Nota: (3) Lucro líquido antes da equivalência patrimonial em dezembro/15.

Nota: (4) SSS (*Same Store Sales*): Variação percentual da receita bruta de vendas de lojas físicas que tenham operado ininterruptamente em um determinado período em relação ao mesmo período do ano anterior.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

Logo após a definição do processo de venda da operação editorial ocorrida em 2015, iniciamos um robusto projeto de transformação da Saraiva. Na primeira fase, desenvolvemos planos de ação apoiados em pilares estruturantes que entendemos serem decisivos para o sucesso da estratégia de nossos negócios: Experiência do Cliente, Gestão de Estoques, Nível de Despesas, Instrumentos de Gestão e Engajamento dos Colaboradores. Nesta etapa o principal foco foi no engajamento e inclusão da cultura de projetos multidisciplinares orientados ao resultado. Em 2016, iniciamos uma segunda etapa com foco em aprimorar a rentabilidade e geração de caixa a partir de um diagnóstico com visão 360 graus e uma série de iniciativas para melhoria da eficiência operacional. A partir de 2017, iniciamos a terceira etapa com foco na execução disciplinada das iniciativas existentes e na promoção de um ambiente que favoreça a geração contínua de iniciativas de geração de valor, ao mesmo tempo em que consolidaremos a transformação com a redefinição do propósito da Marca e o desenho da nova Cultura organizacional.

No canal lojas físicas, o plano de transformação envolve principalmente:

- Definição do novo modelo ideal de loja para expansão, identificado a partir dos atuais estudos de rentabilidade:
 - Projeto arquitetônico moderno, atrativo e democrático, contribuindo para o aumento do tempo de permanência do cliente na loja;
 - Investimentos em capex/m², em média, 25% inferiores ao modelo anterior, favorecendo o *payback*;
 - Potenciais inaugurações também em regiões com maior concentração de público das classes B/C e cidades médias;
 - Revisão da área média ideal, podendo variar conforme a região e o ponto específico.
- Otimização do custo operacional e rentabilização das unidades existentes:
 - Ao longo de 2016 foram cinco lojas que tiveram investimentos em readequação de área, contribuindo para melhora da rentabilidade da operação e agregando valor à experiência de compra de nossos clientes. Para 2017, seguiremos com essa estratégia e já temos outras reduções contratadas;
 - Projeto de sortimento com o objetivo de melhorar a saúde do estoque existente em cada loja e aperfeiçoamento dos algoritmos de reabastecimento. Realizamos um piloto em três unidades no segundo semestre de 2016 com resultados promissores e temos previsão de expansão para toda a rede ao longo de 2017. Ainda na gestão de sortimento, ampliamos o projeto de venda assistida em *games* para sete lojas em 2016, o que tem contribuído para o bom desempenho dessa categoria, e também continuamos com outros projetos em desenvolvimento, como a ampliação da categoria *bomboniere*, hoje presente em 38 lojas e com expectativa de expansão este ano.
- Ampliação da oferta de serviços que agregam importante valor à experiência de compra de nossos clientes e contribuem para a fidelização e rentabilização da operação:
 - Fechamos novas parcerias para o serviço de Café em 2016 com as operadoras Havanna e Grão Espresso e temos expectativa de ampliar significativamente a operação em 2017. Para as lojas mais compactas, iniciamos parceria com a Nespresso e implementamos o serviço por meio de máquinas de autoatendimento;

- Serviço de Troca Inteligente (*buyback*). Por meio desse programa o cliente pode oferecer o seu aparelho antigo (celulares e *tablets*) como forma de pagamento ao comprar um novo produto. Presente atualmente em 81 lojas, incluindo as iTowns, o programa tem como intuito aumentar a receita e fluxo de clientes nas lojas, garantindo também um destino sustentável para aparelhos que se tornariam lixo eletrônico;
- Fortalecemos nossa operação de Assistência Técnica Apple (atualmente presente em 14 unidades) e temos desenvolvido análises de viabilidade visando ampliar o número de lojas que ofertam esse serviço.

No canal *E-commerce*, o plano de transformação abrange:

- Multicanalidade como pilar de diferenciação:
 - Temos investido para aperfeiçoar a experiência dos clientes na utilização da opção compre no site e retire na loja (13,1% em 2016 x 9,9% em 2015), com medidas que favoreçam o *cross-selling*;
 - Iniciamos durante o 3T16 o projeto Saraiva Entrega, no qual o cliente, por meio do acesso ao nosso estoque do *E-commerce*, pode comprar qualquer produto que não esteja disponível na loja para receber onde for mais conveniente. Hoje temos o Saraiva Entrega em 100% de nossas lojas fortalecendo ainda mais nossa operação multicanal;
 - Investimos também no aprimoramento de nosso website mobile e no serviço de checagem da disponibilidade dos produtos das lojas por meio da geolocalização, integrando assim ainda mais nossos canais de vendas.
- Melhoria da experiência do usuário:
 - Criamos páginas com conteúdos específicos para públicos segmentados e curadoria para a seleção e recomendação de produtos;
 - Aumento do desempenho das ferramentas de busca;
 - Testes de usabilidade com clientes reais nas lojas físicas ou de modo remoto.

Dentro do plano de transformação temos também um objetivo claro que abrange toda a Companhia, a transformação digital:

- Encerramos o exercício de 2016 com 13,8 milhões de clientes cadastrados em nosso programa de fidelidade Saraiva Plus, representando um crescimento de 1,5 milhão de clientes nos últimos 12 meses, contribuindo ainda mais para encorpar este, que é um dos maiores programas de fidelidade do varejo nacional. Quase 80% de nosso faturamento atual é identificado, gerando uma base rica de dados e perfis de consumo. Ao longo de 2016 desenvolvemos estudos para a remodelagem do Saraiva Plus (que será relançado no 2T17) e estamos investindo em ferramentas para que essas informações sejam utilizadas dentro do contexto de transformação digital que envolve toda a organização, no sentido de que tenhamos a estratégia direcionada para o consumidor com base no conhecimento sólido do seu comportamento e preferências.
- Fortalecemos nosso Ecossistema digital:
 - Ampliação do catálogo de livros digitais disponível no LEV, nosso leitor digital (*e-reader*) portátil, alavancando o potencial de geração de valor na categoria;
 - O Publique-se!, nossa ferramenta de auto publicação, obteve melhorias de navegação e na proposta comercial e completou 16 mil livros publicados;
 - Fortalecemos a plataforma de Audiolivros Saraiva, em parceria com a Ubook, pioneira em audiolivros digitais no Brasil;
 - Reforçamos nosso posicionamento no mercado de venda de cartões pré-pagos de conteúdo (principalmente *games*) e crescemos 28% em 2016.

Outra estratégia importante, com potencial relevante, é fortalecer nosso posicionamento em serviços financeiros, permeando todos nossos canais de atuação:

- Reforçamos nossa operação de venda de garantia estendida e seguro proteção contra roubo e furto, e iniciamos uma nova parceria, a partir de out/16, com a Sura Seguros S.A., quinta maior companhia de seguros da América Latina;
- Em parceria com o Banco do Brasil e a Visa, nosso cartão de crédito Saraiva, que oferece condições exclusivas aos nossos clientes, ficou em primeiro lugar no ranking de cartões de crédito de lojas com o melhor custo-benefício no Brasil, segundo uma pesquisa da consultoria CVA Solutions realizada em novembro/16 e divulgada em fevereiro/17. Estamos desenvolvendo estudos em parceria com o Banco do Brasil para potencializar ainda mais a adesão e utilização dessa importante ferramenta de crédito e fidelização.

Os primeiros resultados do Plano de Transformação são consistentes:

- O desempenho de vendas da Saraiva, mesmo diante do ambiente econômico recessivo, tem refletido a força da marca e a consistência do modelo de operação, com *desempenho* superior aos indicadores de mercado e importantes conquistas de *market share*. Enquanto a categoria "livros, jornais, revistas e papeleria" apresentou queda de 16,1% em 2016, segundo a PMC do IBGE, nossas vendas ficaram praticamente estáveis no período, com uma variação de -0,4%. No mercado de livros (nossa principal categoria de atuação), encerramos o mês de dezembro de 2016 com 24,7% de *market share* em valor, representando um crescimento de 1,2 p.p. em relação ao ano anterior;
- Nossa margem bruta vem crescendo consistentemente pelo sétimo trimestre consecutivo, quando comparamos com o mesmo período do ano anterior, mesmo navegando em um ambiente competitivo mais acirrado;
- O desempenho das despesas, em que pesem as pressões inflacionárias, tem refletido os esforços na revisão de processos, renegociação de contratos e rigoroso controle de custos e apresentou queda pelo quarto trimestre consecutivo;
- O EBITDA apresentou importante evolução em relação ao resultado obtido em 2015, registrando R\$ 32 milhões com margem de 1,8% em 2016 (+1,7 p.p. versus 2015), e iniciando o processo de recuperação da rentabilidade;
- Os principais indicadores do nível de satisfação dos nossos clientes demonstraram consistente evolução e reconhecimento do público, tanto nas premiações recebidas de diversas instituições que avaliam a experiência de compra (Data Folha, E-bit, Lide, Ibope, Estadão e BR Week), como nas plataformas referência para reputação das empresas sobre o nível de serviço prestado aos consumidores (Reclame Aqui e E-bit).

Permanecemos absolutamente focados em avançar no projeto de transformação e na continuidade do aumento da eficiência operacional para conquistar ganhos importantes e sustentáveis de rentabilidade.

RESULTADOS

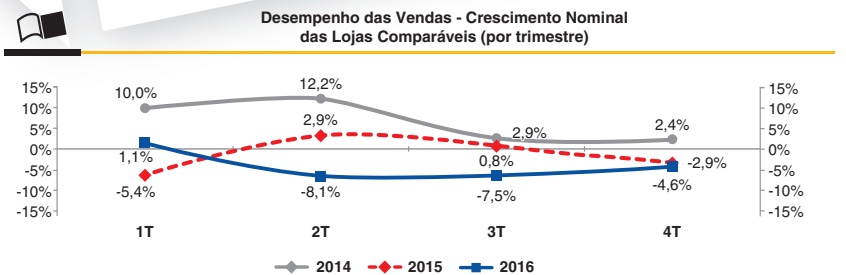
RECEITA - No 4T16 a receita bruta do varejo alcançou R\$ 537 milhões, uma redução de 1,0% quando comparada com o valor de R\$ 543 milhões no 4T15. A receita líquida do Varejo somou R\$ 487 milhões no 4T16, redução de 2,4% em relação aos R\$ 499 milhões reportados no 4T15.

Cabe destacar que esse desempenho é superior ao registrado pela *Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE*, que apresentou queda de 5,5% no 4T16 e 6,2% no ano de 2016 no desempenho geral do comércio e reduções expressivas na categoria de Livros, jornais, revistas e papeleria (13,5% no 4T16 e 16,1% no total do ano).

RECEITA LOJAS FÍSICAS - A receita bruta de lojas físicas, no quarto trimestre de 2016, apresentou queda de 3,5% quando comparada ao ano anterior, e -4,6% no conceito de lojas comparáveis. No acumulado do ano a queda foi de 4,3% e 4,5%, respectivamente.

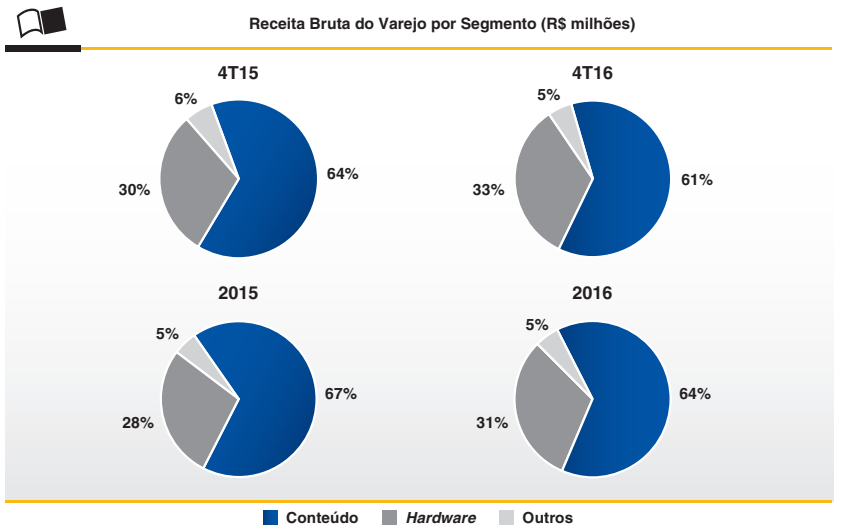
A receita líquida teve declínio de 4,0% no 4T16 e de 4,4% no ano, refletindo o cenário recessivo da economia e o menor fluxo de consumidores em shopping centers*, onde está localizada a maioria de nossas lojas.

(*) queda de 3,5% no movimento de *shopping centers* em 2016, segundo Abrasce/FX.



RECEITA E-COMMERCE - No 4T16 as vendas brutas do *site* Saraiva.com foram 5,0% superiores em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 167 milhões no período. Em termos acumulados esses valores foram de 8,9% e R\$ 614 milhões, respectivamente. As vendas líquidas somaram R\$ 146 milhões no 4T16, um crescimento de 1,7% na comparação em relação ao mesmo trimestre de 2015. No ano de 2016 esses valores foram de R\$ 547 milhões e 3,7%, respectivamente.

O bom desempenho nas vendas do *E-commerce* é resultado das ações desenvolvidas para melhoria da experiência do usuário e reflete o crescimento observado nas principais categorias de produtos. Essa *performance* proporcionou maior participação ponderada em relação ao total das vendas do varejo, atingindo 31,1% no 4T16 (*versus* 29,4% no 4T15). No acumulado do ano a participação ficou em 32,5%.



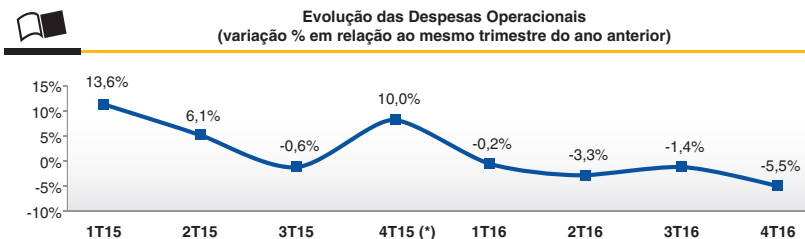
RESULTADO BRUTO - O resultado bruto atingiu R\$ 158 milhões com um aumento de 0,2 p.p. na margem bruta, que passou de 32,2% no 4T15 para 32,5% no 4T16. Mesmo considerando o efeito do INSS sobre o faturamento no período, a margem bruta cresceu 0,1 p.p.

No acumulado do ano o resultado bruto atingiu R\$ 594 milhões, 2,3% superior ao resultado de 2015. A margem bruta apresentou aumento de 1,4 p.p., passando de 32,8% em 2015 para 34,2% em 2016. Considerando o efeito do INSS sobre o faturamento no período, a margem bruta cresceu 0,9 p.p.

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESPESAS OPERACIONAIS - A linha de despesas operacionais totalizou R\$ 148 milhões no 4T16, representando uma redução de 5,5% se comparado aos R\$ 156 milhões reportados no 4T15. Desconsiderando o efeito do retorno da incidência do INSS sobre a folha de pagamento no valor de R\$ 2 milhões (até outubro/15 incidia sobre o faturamento), o resultado seria uma importante queda de 6,8% em relação ao 4T15. Em termos acumulados essas reduções foram de 2,6% e 6,0%, respectivamente. Esse desempenho é fruto dos esforços da Companhia na melhoria da produtividade por meio da otimização de gastos, revisão de contratos e mudanças de processos, e mostra-se ainda mais relevante diante do contexto de pressões inflacionárias.



(*) Exclui despesas extraordinárias, principalmente com consultorias relacionadas ao processo de venda dos ativos editoriais e baixa de créditos de ICMS ST não reconhecidos pela SEFAZ-SP.

EBITDA - O EBITDA totalizou R\$ 10 milhões no 4T16 *versus* R\$ 5 milhões no 4T15. A margem EBITDA encerrou o trimestre em 2,1%, 1,2 p.p. acima do 4T15. No ano de 2016 o EBITDA alcançou R\$ 32 milhões ante um EBITDA de R\$ 3 milhões em 2015.

Tabela 2 - EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

Varejo	2016	2015	A/A	4T16	4T15	A/A	3T16	T/T
Lucro Líquido (Prejuízo) (1)	(49.804)	238.994	-	(21.888)	194.203	-	(13.089)	67,2%
(+) Resultado financeiro	53.647	89.380	-40,0%	13.419	30.773	-56,4%	13.098	2,5%
(+) IRL/CSLL	(6.910)	(40.333)	-82,9%	7.301	(11.667)	-	(6.119)	-
(+) Depreciação e Amortização	36.381	35.595	2,2%	9.058	8.485	6,8%	9.222	-1,8%
(+) Resultado Líquido de Operações								
Descontinuadas	(1.686)	(320.692)	-99,5%	2.458	(217.238)	-	(2.706)	-
(+) Outros	(19)	-	-	(1)	-	-	(1)	0,0%
EBITDA (2)	31.609	2.944	>500%	10.347	4.556	127,1%	405	>500%
Margem EBITDA (2)	1,8%	0,2%	1,7 p.p.	2,1%	0,9%	1,2 p.p.	0,1%	2,0 p.p.

Nota: (1) Lucro líquido antes da equivalência patrimonial em dezembro/15.

Nota: (2) Exclui os efeitos do resultado da venda dos ativos editoriais concluída em dezembro/15 (+R\$ 403 milhões), a mudança de estimativa para obsolescência dos estoques (-R\$ 58 milhões) e as despesas extraordinárias do 4T15 (-R\$ 19 milhões).

CAPITAL DE GIRO (*) - A relação capital de giro/receita líquida apresentou uma leve melhora, ficando em 19,8%. O ciclo operacional do Varejo foi de 79 dias no 4T16, contra 86 dias no 4T15. O prazo médio de recebimento passou de 58 dias no 4T15 para 64 dias no 4T16, refletindo maior demanda de prazo de pagamento por parte dos consumidores e alterações na *mix* de categorias vendidas. O prazo médio de cobertura de estoques reduziu em 7 dias, passando de 100 dias no 4T15 para 93 dias no 4T16, demonstrando que as iniciativas para maior eficiência na gestão do sortimento e abastecimento estão trazendo importante resultado. O prazo de pagamento a fornecedores melhorou em 5 dias, alcançando 77 dias no 4T16, quando comparado com 72 dias no 4T15.

(*) para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses.

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA - O resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 13 milhões no 4T16 contra R\$ 31 milhões no 4T15, refletindo o menor endividamento médio do período. Em 2016 o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 54 milhões contra R\$ 89 milhões em 2015. Essa redução reflete a readequação da estrutura de capital da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO - O prejuízo líquido da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 19 milhões no 4T16 *versus* um prejuízo líquido ajustado de R\$ 23 milhões no 4T15. Em 2016 o prejuízo líquido foi de R\$ 51 milhões *versus* prejuízo líquido ajustado de R\$ 82 milhões em 2015.

INVESTIMENTOS (CAPEX) - Os investimentos efetuados no Varejo totalizaram R\$ 9 milhões no 4T16 *versus* R\$ 8 milhões no 4T15. No ano os investimentos somaram R\$ 29 milhões *versus* R\$ 22 milhões em 2015. Cabe destacar para efeito de comparação que o volume investido em 2015 foi atipicamente reduzido em razão do cenário econômico e da necessidade de redução do nível de endividamento.

LIQUIDEZ - A tabela seguinte apresenta informações sobre os vencimentos por linha de financiamento.

Tabela 3 - Fontes de financiamento para capital de giro e investimentos utilizadas e respectivos vencimentos (R\$ mil)

Consolidado (1)	Custo médio (a.a.)	Total	Até 2017	Até 2018	Até 2019	Após 2019
Tipo de Transação						
Linha BNDES (1)	12,4%	62.978	9.632	15.142	15.142	23.062
Capital de Giro/outros	15,5%	258.613	165.990	84.428	5.919	2.277
Dívida Bruta Total (2)	14,9%	321.592	175.622	99.569	21.060	25.339

Nota: (1) Custo médio ao final do 4T16 do saldo do contrato com o BNDES (2014), sem levar em conta o custo de fiança bancária e considerando a TJLP em 7,5% a.a. e SELIC em 13,65% a.a.

Nota: (2) Empréstimos líquidos dos instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada da Saraiva em 31 de dezembro de 2016, que somava R\$ 199 milhões, contra R\$ 409 milhões no 4T15 e R\$ 285 milhões no 3T16.

Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 4T16 com um Caixa Líquido de R\$ 153 milhões contra uma dívida de R\$ 187 milhões no 4T15 e de R\$ 3 milhões no 3T16.

Cabe mencionar que ajustamos a forma de cálculo da dívida líquida, excluindo o valor de antecipação de recebíveis (descritos na Nota 1 da Tabela 4), conforme prática usual de divulgação das companhias abertas.

Tabela 4 - Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

Consolidado	4T16	4T15	A/A	3T16	T/T
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos (2)	321.592	592.639	-45,7%	360.706	-10,8%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	2.254	5.018	-55,1%	2.183	3,3%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	125.290	189.016	-33,7%	78.330	60,0%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	198.556	408.641	-51,4%	284.559	-30,2%
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	351.152	222.036	58,2%	281.907	24,6%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	-152.596	186.605	-	2.652	-

Nota: (1) "Antecipação de Recebíveis" (R\$ 3 milhões no 4T16, R\$ 9 milhões no 3T16 e R\$ 107 milhões no 4T15).

Nota: (2) Empréstimos líquidos dos instrumentos financeiros derivativos.

Importante destacar que o valor atualizado da transação de venda dos ativos editoriais era de R\$ 777 milhões em 30 de dezembro de 2015. Desse total, foram retidos R\$ 395 milhões em *escrow account*. A parcela em garantia de fornecimento PNLD foi liberada entre abril e início de maio/16. Com relação à parcela em garantia para ajuste de preço, houve liberação parcial no início de julho/16, e final em dezembro/16.

Tabela 5 - Venda dos Ativos Editoriais (R\$ mil)

Valores base	30/12/2015
Condições Contratuais de Preço	
Valor Total da Transação	776.599
(-) Ajuste de Preço Contábil Estimado (Dívida Líquida e Capital de Giro)	281.979
Valor Líquido da Transação	494.620
(-) Valor Recebido em 30/12/2015	99.165
(-) Valor Recebido Garantia de Fornecimento PNLD no 2T16	261.558
(-) Valor Recebido pela Saraiva - Garantia de Ajuste de Preço em julho/16	77.780
(-) Valor Recebido pela Somos Educação - Garantia de Ajuste de Preço em julho/16	13.270
(-) Valor Recebido pela Saraiva - Garantia de Ajuste de Preço em dezembro/16	22.382
(-) Valor Recebido pela Somos Educação - Garantia de Ajuste de Preço em dezembro/16	20.465
Valor Líquido da Transação	494.620
Valor Líquido da Transação Recebido pela Saraiva	460.885

NOSSAS LOJAS - No 4T16, a Saraiva contava com 113 lojas em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em dezembro/16 inauguramos uma loja em Franca, importante cidade do interior de São Paulo. Já em 2017 inauguramos, em janeiro, uma loja localizada no North Shopping Fortaleza, e reinauguramos a loja localizada no Brscan Open Mall (São Paulo/SP) no último dia 15 de março, onde ajustamos nosso *mix* de categorias e serviços ao público da região e instalamos uma operação de café (Havanna).

Temos mais três novas lojas contratadas, alinhadas aos novos conceitos de loja ideal definido pela Administração e com investimentos/m² 25% inferiores ao padrão anterior, favorecendo o *payback* mais rápido:

- Uma loja localizada no Park Shopping Canoas (RS) com inauguração prevista para outubro/17 e com área de vendas de 430 m²;
- Uma loja localizada no Shopping Metro Itaquera (SP) com inauguração prevista para o novembro/17 e com área de vendas de 447 m²; e
- Uma loja localizada no Shopping Estação Cuiabá (MT) com inauguração prevista para 2018 e com área de vendas de 659 m².

Nosso foco continua sendo a extração de maior valor dos ativos existentes. Nesse contexto, ainda em 2017 pretendemos seguir com essa estratégia e já temos reduções de lojas contratadas nos Shoppings Tamboré (Barueri/SP) e Iguatemi Campinas (Campinas/SP).

Encerramos, em fevereiro/17, as atividades da loja no IBMEC (127 m² de área de vendas), localizada no Rio de Janeiro.

LEV - O leitor digital (*e-reader*) portátil da Saraiva, LEV, lançado em agosto/14, já conta com catálogo digital com mais de 531 mil títulos em língua estrangeira e 144 mil títulos em português.

PUBLIQUE-SE! - O Publique-se! completou, no 4T16, o total de 16 mil livros publicados versus 11 mil livros publicados até o 4T15. A vantagem dessa ferramenta é a comercialização do livro digital no maior site de varejo de conteúdo do Brasil. Em média no trimestre, mais de 11 milhões de visitantes tiveram acesso ao acervo de produtos e às obras do Publique-se!

SARAIVA PLUS - O programa de fidelização de clientes, denominado Saraiva Plus, é uma importante ferramenta de relacionamento com os clientes das lojas físicas e da Saraiva.com.br. O programa de fidelização Saraiva Plus contava com 13,8 milhões de clientes associados ao final do 4T16 versus 12,3 milhões de clientes no 4T15.

MERCADO DE CAPITAIS

Os indicadores a seguir resumem a movimentação das ações da Saraiva no ano de 2016 em comparação com o ano de 2015.

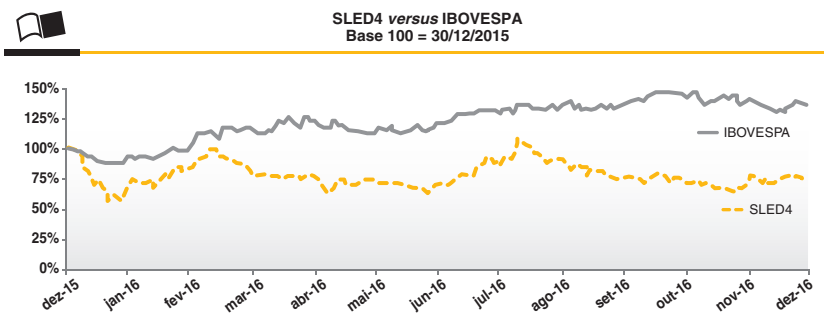
Indicadores (*)	2016	2015	Variação
Quantidade de Negócios (1)	60.543	102.585	-41,0%
Participação nos Pregões - % (1)	100,0	100,0	0,0%
Quantidade Negociada - mil (1)	55.797	51.112	9,2%
Volume negociado - R\$ mil (1)	214.081	231.031	-7,3%
Preço da ação (PN) - R\$ (1)	3,71	4,93	-24,7%
Preço da ação (ON) - R\$	10,00	5,00	100,00%
Total de Ações em Circulação - mil	26.686	26.686	0,0%
Valor de Mercado - R\$ milhões	159,6	132,2	20,7%

Fonte: BM&FBOVESPA

(1) Referente ação PN (SLED4)

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

As ações preferenciais (SLED4) apresentaram uma desvalorização de 24,7% durante 2016. No mesmo período o Ibovespa apresentou variação positiva de 38,9%. Em 31/12/2016 o valor de mercado da Saraiva era de R\$ 159,6 milhões.



ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social subscrito e realizado da Saraiva era de R\$ 279,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, representado por 26.701.745 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 9.622.313 são ações ordinárias (ON), e 17.079.432 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria.



DIVIDENDOS

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 27 de março de 2017, apresentou proposta de distribuição do dividendo obrigatório retido do exercício social de 2015 no valor de R\$ 4,8 milhões, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,18 por ação e equivalente a 22% do saldo da Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído, constituída nos termos do artigo 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28/04/2016. O Conselho de Administração propôs, também, fixar o dia 15 de dezembro de 2017 como a data de pagamento desses dividendos. Cabe esclarecer que a matéria deverá ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária prevista para ocorrer em 28/04/2017.

COLABORADORES

Finalizamos o ano de 2016 com 3.860 colaboradores (4.531 em dezembro de 2015). As ações estratégicas da área de Recursos Humanos focaram os pilares de desenvolvimento, engajamento, diversidade e eficiência/produktividade. Nesse contexto, os destaques em 2016 foram:

- Criação do novo portal corporativo, visando melhorar os canais internos de comunicação;
- Implementação do "Jeito Saraiva de Atender", importante orientação e padronização dos times de lojas;
- Lançamento da nova plataforma de EAD (ensino a distância) para treinamento, acessível a todos os colaboradores. Diversos cursos foram disponibilizados, com mais de 3,4 mil participações em 2016 e 93% de índice de favorabilidade;
- Início da implantação do Projeto de Cultura, com o objetivo de identificar a cultura atual e realinhar os valores, processos e símbolos de acordo com o propósito e a cultura desejada, para assegurar o sucesso do programa de transformação da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa, desde o final de 2013, a Companhia possui uma área de Governança, responsável por concentrar e organizar os controles internos da Companhia. Essa Diretoria possui também uma área de Proteção de Ativos subdividida em Prevenção de Perdas, Canal de Denúncias e Processos de Inventário.

A Auditoria Interna estabeleceu como meta aplicar as melhores práticas, em linha com empresas que possuem alto nível de governança no mercado. Desta forma, ficou estabelecida a estruturação e direcionamento dos trabalhos da Auditoria Interna com foco em riscos, priorizando aqueles mais críticos e que impactam diretamente os objetivos de negócios e planejamento estratégico da Companhia.

Foi iniciada no final de 2014 e realizada durante o ano de 2015 uma Análise Geral de Riscos (AGR), com o objetivo de identificar, classificar e detalhar os principais riscos envolvidos nas atividades, áreas e estrutura do Grupo e qualificadores de risco que evidenciam sua exposição.

A Análise Geral de Riscos (AGR) foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, apesar de não estar formalmente estabelecida uma Política de Gestão de Riscos. A área de Governança auxilia a Administração no mapeamento, análise e no devido tratamento dos eventos de risco que possam afetar os negócios da Companhia.

O resultado desse projeto propiciou a definição de um plano anual de Auditoria Interna para 2016 com foco em riscos, que foi aprovado pela Diretoria de Governança e Presidência da Companhia.

SUSTENTABILIDADE E AÇÕES SOCIAIS

A Saraiva também canaliza recursos para o Instituto Jorge Saraiva (IJS), uma instituição de ensino sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento integral de crianças com idades entre dois e cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e cognitivo. Fundado em 2004, a primeira sede do Instituto foi instalada no bairro da Lapa, em São Paulo, e atendia inicialmente 40 crianças. Em 2008, transferiu suas instalações para a região da Freguesia do Ó, na capital paulista, ampliando sua capacidade de atendimento para 100 alunos.

Proporcionando uma alternativa de educação à comunidade, é destinado às famílias que desejam vivenciar um aprendizado de qualidade e que buscam uma formação humanista e crítica, voltada à promoção da autonomia.

De acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente, oferece atendimento de maternal e pré-escola, ambos em horário integral. Por meio de atividades lúdicas, os alunos são estimulados a exercitar suas capacidades motoras, a fazer descobertas e iniciar o processo de alfabetização.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram examinadas pela Grant Thornton Auditores Independentes ("Grant Thornton").

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

O valor total contabilizado relacionado a honorários com auditoria externa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 516 mil.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido nesta data.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2016, sem o qual não teríamos construído os avanços conquistados.

São Paulo, 27 de março de 2017.

A Administração

www.saraiva.com.br

continua...

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)											
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15			31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	4	157	3.111	125.290	126.503	Fornecedores	16	1.236	39.885	402.976	369.951
Aplicações financeiras		-	-	-	62.513	Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	17	-	13.399	740	16.131
Contas a receber de clientes	5	-	82.476	357.494	318.360	Empréstimos e financiamentos	14	4.603	13.386	194.268	471.687
Estoques	6	-	8.831	292.045	289.462	Obrigações sociais e trabalhistas	19	803	3.309	24.387	32.580
Impostos e contribuições a recuperar	7	7.957	10.716	181.152	145.746	Impostos e contribuições a recolher	18	118	335	2.342	2.846
Outros créditos		140	2.119	9.041	15.561	Imposto de renda e contribuição social		-	794	-	28.018
Contas a receber pela venda do segmento editorial	8	-	-	-	337.111	Direitos autorais a pagar		-	11.808	-	11.808
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	17.305	83.249	Dividendos e juros sobre o capital próprio		4.803	22.255	4.803	22.255
Despesas antecipadas		-	547	2.337	5.608	Receita diferida - programa de fidelização	15	-	-	933	1.994
Total do ativo circulante		8.254	107.800	984.664	1.384.113	Arrendamento operacional - Locação de lojas	27	-	86	12.604	11.068
						Outras obrigações		1.515	914	28.950	25.310
						Total do passivo circulante		13.078	106.171	672.003	993.648
NÃO CIRCULANTE											
Realizável a longo prazo:						NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	10.a)	11.833	128.055	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	2.222	19.696	148.954	204.201
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a)	-	-	24.828	12.521	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a)	3.792	667	3.792	667
Depósitos judiciais	20	16.714	15.354	36.953	43.770	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	4.307	2.429	11.638	23.283
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	-	48.093	38.101	Impostos e contribuições a recolher	18	-	-	1.931	2.077
Contas a receber pela venda do segmento editorial		-	-	-	26.779	Outras obrigações		2.254	1.977	3.698	2.306
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	4.326	-	Total do passivo não circulante		12.575	24.769	170.013	232.534
Outros créditos		30	29	644	927						
		28.577	143.438	114.844	122.098	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos:						Capital social	21.a)	282.999	279.901	282.999	279.901
Em controlada	11	456.162	353.635	-	-	Ações em tesouraria	21.b)	(233)	(30.919)	(233)	(30.919)
Outros		23	23	158	158	Plano de opção de ações		5.125	4.965	5.125	4.965
Imobilizado	12	24.245	26.384	91.130	99.361	Reservas de lucros		192.741	258.877	192.741	258.877
Intangível	13	214	24.154	143.081	145.004	Ajustes de avaliação patrimonial	21.f)	11.190	11.670	11.190	11.670
Total do ativo não circulante		509.221	547.634	349.213	366.621	Patrimônio líquido atribuído aos controladores		491.822	524.494	491.822	524.494
						Participação de não controladores	21.i)	-	-	39	58
						Total do patrimônio líquido		491.822	524.494	491.861	524.552
TOTAL DO ATIVO		517.475	655.434	1.333.877	1.750.734	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		517.475	655.434	1.333.877	1.750.734
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)													
	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva para plano de opções de compra de ações	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Atribuível a proprietários da Controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido	
					Reserva legal	Reserva estatutária							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		279.901	(30.919)	4.897	33.064	154.364	-	11.279	19.884	-	472.470	48	472.518
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	(19.884)	-	(19.884)	-	(19.884)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	93.704	93.704	10	93.714	
Ajuste de avaliação de instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	391	-	-	391	-	391	
Plano de opções de compra de ações		-	-	68	-	-	-	-	-	68	-	68	
Proposta de destinação do lucro líquido:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal		-	-	-	4.685	-	-	-	(4.685)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	-	(22.255)	(22.255)	-	(22.255)	
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	-	66.764	-	-	(66.764)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		279.901	(30.919)	4.965	37.749	221.128	11.670	-	-	524.494	58	524.552	
Aumento de capital com reservas - AGO/AGE realizada em 29 de abril	21.a)	3.098	-	-	-	(3.098)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(49.804)	(49.804)	(19)	(49.823)	
Ajuste de avaliação de instrumentos financeiros derivativos	21.f)	-	-	-	-	-	(480)	-	-	(480)	-	(480)	
Plano de opções de compra de ações	21.e)	-	-	160	-	-	-	-	-	160	-	160	
Absorção do prejuízo com reservas de lucros	21.h)	-	-	-	-	(49.804)	-	-	49.804	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	21.g)	-	-	-	-	-	22.255	-	-	22.255	-	22.255	
Dividendos propostos - reserva especial	21.g)	-	-	-	-	-	(4.803)	-	-	(4.803)	-	(4.803)	
Cancelamento de ações em tesouraria	21.b)	-	30.686	-	-	(30.686)	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		282.999	(233)	5.125	37.749	137.540	17.452	11.190	-	491.822	39	491.861	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)													
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado			
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15			31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	-	-	1.737.563	1.772.815	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS							
CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	23	-	-	(1.143.284)	(1.210.787)	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(39.138)	(178.240)	(58.419)	(180.322)		
LUCRO BRUTO		-	-	594.279	562.028	Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas atividades operacionais:							
Vendas	23	-	-	(476.656)	(486.372)	Depreciações e amortizações (inclui valor apropriado ao custo)	12 e 13	2.176	4.346	37.412	40.975		
Gerais e administrativas	23	(18.220)	(24.889)	(120.212)	(131.727)	Perda com créditos de liquidação duvidosa	5	-	-	4.482	(2.161)		
Depreciações e amortizações		(2.088)	(2.348)	(36.361)	(37.943)	Perda (reversão) com obsolescência de estoque	6	-	-	(34.855)	60.714		
Equivalência patrimonial	11	(46.226)	(158.186)	-	-	Perda por redução ao valor recuperável	12 e 13	-	-	332	632		
Outras despesas operacionais	24	(427)	(1.720)	(11.382)	(18.550)	Equivalência patrimonial líquida do ajuste de lucro nos estoques do Varejo - ICPC 09 e realização do valor justo calculado sobre aquisição de investimento	11	46.242	158.186	-	-		
Outras receitas operacionais	25	27.871	(187.142)	(599.051)	(661.872)	Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e investimento	12 e 13	(26.031)	1.434	(1.355)	1.646		
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(39.090)	(187.142)	(4.772)	(99.844)	Encargos financeiros e variação monetária sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		638	(3.652)	5.153	187.278		
RESULTADO FINANCEIRO		(39.090)	(187.142)	(4.772)	(99.844)	Plano de opções de compra de ações	21.e)	160	68	160	68		
Receitas financeiras	26	4.215	22.661	89.052	20.561	Outras provisões operacionais		(1.814)	5.479	44.792	(36.300)		
Despesas financeiras	26	(4.263)	(13.759)	(142.699)	(101.039)	Redução (aumento) nos ativos operacionais:							
		(48)	8.902	(53.647)	(80.478)	Contas a receber de clientes	5	-	(68)	(131.147)	79.462		
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(39.138)	(178.240)	(58.419)	(180.322)	Estoques	6	-	-	23.440	56.853		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						Outros ativos operacionais		(394)	(2.341)	(42.231)	(371.401)		
Correntes	9.b)	-	-	-	78.669	Aumento (redução) nos passivos operacionais:							
Diferidos	9.b)	(3.959)	53	6.910	(43.515)	Fornecedores	16	3.245	-	79.973	(45.431)		
PREJUÍZO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(43.097)	(178.187)	(51.509)	(145.168)	Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.628)	(17.096)	(30.290)	55.394		
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS						Pagamento de juros por empréstimos e financiamentos		(1.251)	(3.785)	(46.043)	(36.177)		
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)		(6.707)	271.891	1.686	238.882	Cessão de crédito de fornecedores para instituições financeiras		(50.369)	(29.730)	(3.217)	(36.254)		
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(49.804)	93.704	(49.823)	93.714	Outros passivos operacionais		(41.024)	215.821	406.263	214.932		
Atribuível à:						Caixa aplicado nas atividades operacionais descontinuadas		(27.140)	150.422	252.458	(36.808)		
Participação controladora				(49.804)	93.704	Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais							
Participação não controladora	21.i)			(19)	10	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO - R\$						Aquisição de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	(803)	(5.282)	(29.327)	(27.761)		
ON	28			(1,74260)	3,51133	Aplicações financeiras	4	-	-	62.513	(60.000)		
PN	28			(1,93586)	3,51133	Recebimento por venda do ativo imobilizado	12 e 13	38.905	-	3.092	167		
LUCRO (PREJUÍZO) DILUÍDO POR AÇÃO - R\$						Empréstimos concedidos a controlada líquidos dos valores devolvidos		-	(115.231)	-	-		
ON	28			(1,74260)	3,51133	Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento - operações descontinuadas		2.312	(186.361)	-	76.108		
PN	28			(1,92974)	3,49351	Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>40.414</u>	<u>(306.874)</u>	<u>36.278</u>	<u>(11.486)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora 31/12/16	Controladora 31/12/15	Consolidado 31/12/16	Consolidado 31/12/15
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Vendas de mercadorias e serviços		-	-	1.891.920	1.899.085
Perda com créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	5	-	-	(4.482)	(2.161)
Outras receitas operacionais		52.511	-	47.677	12.887
		52.511	-	1.935.115	1.909.811
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Matérias-primas consumidas		-	-	-	5.796
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(1.285.755)	(1.335.284)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.846)	(963)	(304.991)	(306.996)
Outras despesas operacionais		(24.641)	-	(1.672)	(375)
VALOR ADICIONADO BRUTO GERADO		22.024	(963)	342.697	272.952
RETENÇÕES					
Depreciações e amortizações	12 e 13	(2.176)	(2.348)	(37.412)	(38.978)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	31	(6.707)	271.891	1.686	238.882
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		13.141	268.580	306.971	472.856
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Equivalência patrimonial	11	(46.226)	(158.186)	-	-
Receitas financeiras	26	4.215	22.661	45.429	20.561
		(42.011)	(135.525)	45.429	20.561
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(28.870)	133.055	352.400	493.417
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados - pessoal e encargos sociais		10.507	24.888	202.513	244.338
Governo - impostos, taxas e contribuições		6.371	759	29.364	(16.089)
Credores financeiros - despesas financeiras, excluindo o IOF		3.969	13.704	97.335	98.180
Locatários - aluguéis		87	-	73.011	73.274
Acionistas - (absorção de prejuízos) constituição de reservas de lucros	21.h)	(49.804)	93.704	(49.804)	93.704
Participação não controladora	21.i)	-	-	(19)	10
		(28.870)	133.055	352.400	493.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

operações descontinuadas						2.312	(186.361)	-	76.108
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento						40.414	(306.874)	36.278	(11.486)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO									
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio						-	(21.045)	-	(21.045)
Financiamentos obtidos						14	-	-	3.689
Empréstimos obtidos para capital de giro						14	-	10.709	55.850
Empréstimos concedidos a controlada líquidos dos valores devolvidos						10.a)	(21.734)	-	-
Empréstimos obtidos com a controlada líquidos dos valores pagos						10.a)	16.923	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos							(7.163)	(57.032)	(353.628)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento - operações descontinuadas							(4.254)	57.470	4.140
Caixa aplicado nas atividades de financiamento							(16.228)	(9.898)	(289.949)
							(2.954)	(166.350)	(1.213)
									(148.516)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA									
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA									
Saldo inicial						3.111	169.461	126.503	275.019
Saldo final						157	3.111	125.290	126.503
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA						(2.954)	(166.350)	(1.213)	(148.516)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE									
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)									
	Nota explicativa	Controladora 31/12/16	Controladora 31/12/15	Consolidado 31/12/16	Consolidado 31/12/15				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício						(49.804)	93.704	(49.823)	93.714
Outros resultados abrangentes						(480)	391	(480)	391
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL						(50.284)	94.095	(50.303)	94.105
Resultado abrangente atribuível aos:									
Acionistas controladores								(50.284)	94.095
Acionistas não controladores						21.i)		(19)	10
								(50.303)	94.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2017 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2016.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. Principais fontes de julgamento e estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revisadas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas com créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 5
- Perdas com obsolescência de estoques - nota explicativa nº 6
- Impostos diferidos - nota explicativa nº 9
- Redução aos valores de recuperação dos ativos - nota explicativa nº 12
- Redução ao valor de recuperação do ágio - nota explicativa nº 13
- Programa de fidelização de clientes do Varejo - nota explicativa nº 15
- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - nota explicativa nº 20
- Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos - nota explicativa nº 29

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação**Controlada**

As políticas financeiras e operacionais do Varejo são controladas pela Controladora. As demonstrações contábeis da empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Controladora e do Varejo, encerradas na mesma data-base.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do restante das operações.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados comparativas são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram classificados custos como operações descontinuadas o resultado das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, controlado pelo Varejo e que foi objeto do contrato celebrado entre o Varejo com a Ática (nota explicativa nº 31).

c) Receitas operacionais, custos e despesas

O resultado das operações é apurado e reconhecido em conformidade com o regime contábil de competência, em que a informação sobre os efeitos das transações é reportada nos períodos em que tais efeitos são efetivamente produzidos.

As receitas relacionadas à revenda de mercadorias do Varejo e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

As receitas com a prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo ("Saraiva Plus") são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros**i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data em que são assinados os contratos.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor justo incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data em que são assumidas as disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta a mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. São consideradas nessa categoria as operações de "swap" para os empréstimos em moeda estrangeira.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira

A Administração adota as regras de contabilidade de *hedge* para registrar, nos mesmos períodos contábeis, os efeitos do derivativo formalmente designado como instrumento de *hedge*, assim como do item protegido, relacionados às diferenças entre as moedas estrangeiras e a moeda funcional.

A parcela efetiva do *hedge*, correspondente às diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um ativo financeiro designado como *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida no resultado. A parcela mantida em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificada para o resultado com a liquidação do passivo financeiro objeto de *hedge*.

f) Contas a receber de clientes e perdas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (nota explicativa nº11).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (nota explicativa nº 12). As instalações e benfeitorias nas unidades locais da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (nota explicativa nº 12).

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 13).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação, se não possuírem valor residual.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de *software*, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ágio

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresa adquirida em 2008, amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos**i. Ativos financeiros não derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e as empresas controladas em condições que a Controladora e as empresas controladas não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados às operações de "swap", registradas pelo regime de competência e ambos mensurados ao seu valor justo. Os ganhos e as perdas apurados em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 20.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- Arrendamentos financeiros

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida - programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica "receita diferida - programa de fidelização" pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao crédito e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 1º de abril de 2011 a cada 1.000 pontos o cliente tem o direito a R\$ 15,00 (quinze reais) de desconto em compras futuras de qualquer produto em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 21 e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica "dividendos adicionais propostos".

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 28.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**w) Informação por segmento**

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Controladora e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Controladora e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Controlada e o Varejo ainda não concluíram a avaliação sobre os efeitos que a IFRS 9 terá em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Controlada e o Varejo ainda não concluíram a avaliação sobre os efeitos que a IFRS 15 terá em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 - *Leases* (Arrendamentos). A norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivo, estabelecendo um modelo único de contabilização para os arrendamentos. O IFRS 16 deve ser adotado obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A Controlada e o Varejo ainda não concluíram a avaliação sobre os efeitos que a IFRS 16 terá em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas.

• *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27/IAS 16 e CPC 04/IAS 38)

• Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas.

• *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26/IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

z) Determinação do valor justo

O valor justo é apurado e divulgado para ativos e passivos financeiros e não-financeiros, conforme o caso e quando aplicável, de acordo com os CPC 28, CPC 39 e CPC 40. O valor justo dos ativos e passivos financeiros está apresentado nas notas explicativas números 14, 21.e) e 29.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**a) Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa e bancos - conta movimento	-	315	15.100	11.095
Aplicações financeiras - equivalente de caixa	157	2.796	110.190	115.408
	<u>157</u>	<u>3.111</u>	<u>125.290</u>	<u>126.503</u>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam, em sua grande maioria, entre 98% a 99,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

Aplicação financeira do Varejo com restrição de liquidez relacionada a garantia de empréstimos com o BNDES representada por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxa equivalente a 98% a 99,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Aplicações financeiras	-	-	-	62.513

Em 30 de setembro de 2016, foram concluídas as negociações para substituição das garantias com a consequente liberação das aplicações financeiras.

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Duplicatas a receber	3.351	85.662	11.395	99.751
Cartões de crédito	-	-	351.152	222.036
Cheques a receber	-	-	17	3
	<u>3.351</u>	<u>85.662</u>	<u>362.564</u>	<u>321.790</u>
Perda com créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.351)</u>	<u>(3.186)</u>	<u>(5.070)</u>	<u>(3.430)</u>
	<u>-</u>	<u>82.476</u>	<u>357.494</u>	<u>318.360</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo ("duplicatas a receber") é de 64 dias (58 dias em 31 de dezembro de 2015).

As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Cielo, Rede e American Express.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

a) Saldos por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
A vencer	-	81.016	354.540	311.316
Vencidos:				
Até 60 dias	-	1.287	370	1.958
De 61 a 90 dias	-	916	44	1.805
De 91 a 180 dias	15	1.221	176	2.473
Acima de 180 dias	<u>3.336</u>	<u>1.222</u>	<u>7.434</u>	<u>4.238</u>
	<u>3.351</u>	<u>85.662</u>	<u>362.564</u>	<u>321.790</u>

A perda com créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento e leva em consideração evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Os créditos vencidos há mais de 180 dias, considerados irrecuperáveis, são mantidos em conta de provisão até o final do exercício em que são identificados e, são baixados das contas a receber de clientes no exercício seguinte.

b) Movimentação da perda com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Saldo no início do exercício	(3.186)	(5.064)	(3.430)	(7.560)
Baixa dos créditos considerados irrecuperáveis de exercícios anteriores	3.186	4.078	3.198	6.203
Créditos considerados irrecuperáveis no exercício	(3.351)	(3.186)	(5.069)	(3.198)
Reversão de perda de exercício anterior	-	986	231	1.356
Perda do exercício	-	-	-	(231)
Saldo no fim do exercício	<u>(3.351)</u>	<u>(3.186)</u>	<u>(5.070)</u>	<u>(3.430)</u>

O valor registrado ao resultado é como segue:

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Créditos considerados irrecuperáveis no exercício	(4.719)	(2.125)
Perda do período líquida da reversão de perda de exercício anterior	231	(411)
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	6	375
	<u>(4.482)</u>	<u>(2.161)</u>

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Mercadorias para revenda	-	-	290.888	287.243
Produtos em elaboração	-	3.829	-	3.829
Matérias-primas	-	4.984	-	4.984
Materiais de embalagem e consumo	-	18	1.157	1.800
	-	8.831	292.045	297.856
Lucro não realizado nos estoques (venda da Controladora para o Varejo)	-	-	-	(8.394)
	<u>-</u>	<u>8.831</u>	<u>292.045</u>	<u>289.462</u>

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência do Varejo são estimadas para os itens do estoque sem movimentação ou baixo giro, e para os itens que não apresentarem condição de venda, por deterioração ou obsolescência.

Em virtude do cenário econômico e das perspectivas de desaceleração do consumo, com reflexos na dinâmica de mercado de alguns produtos, a Administração do Varejo, em 31 de dezembro de 2015, revisou sua estimativa de perda com obsolescência de estoques de baixo giro e promoveu, naquele exercício, alterações nos parâmetros e premissas utilizados para estimar a obsolescência dos seus estoques.

Em 2016, a Administração determinou e endereçou ações objetivas para o escoamento dos estoques com baixo giro e obsoletos por meio de descontos e campanhas promocionais, além da venda de parte do estoque para empresas especializadas na compra de sucata e itens obsoletos e/ou deteriorados. O resultado das ações efetivadas representou uma reversão da perda no exercício no montante de R\$ 36.855.

A rubrica, mercadorias para revenda está líquida de perdas com obsolescência de estoque, no montante de R\$ 36.341 (R\$ 73.196 em 31 de dezembro de 2015).

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	67	4.051	85.615	98.438
Programa de Integração Social - PIS (ii)	493	2.341	18.214	24.240
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.359	-	25.350	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.452	3.898	9.452	3.898
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.477	-	6.750	173
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	147	83.102	54.664
Contribuição Previdenciária - INSS	-	182	570	2.256
Outros	109	97	192	178
	<u>7.957</u>	<u>10.716</u>	<u>229.245</u>	<u>183.847</u>
Ativo circulante	7.957	10.716	181.152	145.746
Ativo não circulante	-	-	48.093	38.101
	<u>7.957</u>	<u>10.716</u>	<u>229.245</u>	<u>183.847</u>

(i) ICMS e ICMS ST das operações comerciais e de abastecimento do Varejo. Estão em curso, ações endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados por meio do sistema e-CredAc nos termos da legislação vigente no RICMS - SP para o deferimento de um crédito da ordem de R\$ 5.000. Em 2016 foi iniciado estudo com consultoria especializada para avaliar alternativas administrativas e/ou judiciais para dar celeridade ao processo de recuperação desses créditos.

(ii) Representado substancialmente por créditos das contribuições PIS/COFINS, originários das operações da Controladora e do Varejo, no montante de R\$ 103.817 (R\$ 122.665 em 31 de dezembro de 2015) apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 e 2016, não compensado até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições. Todas as obrigações acessórias relacionadas estão em *compliance* e são tempestivamente transmitidas, viabilizando as ações para o pedido de restituição dos créditos excedentes.

8. CONTAS A RECEBER PELA VENDA DO SEGMENTO EDITORIAL

Em 30 de dezembro de 2016 foi recebida a última parcela retida em garantia para ajuste de preço nos termos do contrato, no montante de R\$ 24.721, R\$ 3.502 menor que o montante registrado nessa data, líquido de provisão para ajuste de preço no montante de R\$ 28.223.

O valor correspondente ao complemento de provisão para ajuste de preço foi registrado no resultado das operações descontinuadas do Varejo (nota explicativa nº 31).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	48.622	29.801
Provisões para impostos e contribuições a recolher	1.464	826	2.650	8.785
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	-	14.145	8.499
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	317	677
Perdas com obsolescência de estoque	557	3.459	12.913	28.346
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	-	19	42	54
Perda não realizada em operação de "swap"	-	12	-	12
Provisão participação nos resultados e gratificações	-	354	-	4.487
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	266	262
Provisão para ajuste de preço contábil final - venda do segmento editorial	-	-	-	10.732
Provisão parcela efetiva <i>hedge accounting</i>	-	-	45	-
Outras provisões	-	488	1.413	1.213
	<u>2.021</u>	<u>5.158</u>	<u>80.413</u>	<u>92.868</u>
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros	-	-	17.022	17.743
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	-	26.563	26.563
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	9.979	30.682
Provisão parcela efetiva <i>hedge accounting</i>	-	-	-	201
Outros	3	3	3	3
	<u>5.813</u>	<u>5.813</u>	<u>59.377</u>	<u>81.002</u>
	<u>(3.792)</u>	<u>(667)</u>	<u>21.036</u>	<u>11.854</u>
Ativo não circulante	-	-	24.828	12.521
Passivo não circulante	<u>(3.792)</u>	<u>(667)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>(667)</u>
	<u>(3.792)</u>	<u>(667)</u>	<u>21.036</u>	<u>11.854</u>

A Administração considera a realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo, com base nos lucros tributáveis futuros.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.450)	(178.240)	(58.419)	(180.322)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	14.093	60.602	19.862	61.310
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(1.935)	(19)	(4.709)	(2.015)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(16.503)	(53.783)	(8.629)	-
Imposto sobre operações descontinuadas	-	-	-	13.244
Créditos fiscais não registrados	386	(6.747)	386	(37.385)
	<u>(3.959)</u>	<u>53</u>	<u>6.910</u>	<u>35.154</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	-	-	-	78.669
Diferidos	(3.959)	53	6.910	(43.515)
	<u>(3.959)</u>	<u>53</u>	<u>6.910</u>	<u>35.154</u>
Alíquota efetiva sobre o resultado líquido	<u>9,55%</u>	<u>-0,03%</u>	<u>-11,83%</u>	<u>-19,50%</u>

10. PARTES RELACIONADAS**a) Transações comerciais e empréstimos**

As partes relacionadas da Controladora são:

• Varejo - empresa controlada

• Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; empréstimos de mútuo; cessão onerosa de ativo intangível e subscrição de capital.

Os empréstimos obtidos e/ou concedidos de e/ou para o Varejo possuem prazo de vencimento indeterminado e juros equivalentes a 110% da variação do CDI.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas doações no montante de R\$ 947 (R\$ 1.035 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, a Controladora assinou com o Varejo Termo de Cessão Onerosa ("TCO") dos contratos de Arrendamento Mercantil, para licenças de uso de software do sistema de gestão empresarial SAP, com anuidade das instituições financeiras credoras e nas mesmas condições inicialmente contratadas em 2014 e 2015.

A operação foi motivada pela venda do segmento editorial concluída em dezembro de 2015 e para fazer frente às atividades operacionais do Varejo, único semente de negócio remanescente. Além disso, viabilizou a liquidação da operação de empréstimo de mútuo com eficiência tributária.

A transação observou as condições de comutatividade e independência; foi realizada em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e não produziu efeitos significativos para a situação financeira e/ou resultados da Controladora e do Varejo.

O valor da operação foi de R\$ 50.000, determinado pelo seu valor justo, a partir de informações objetivas recebidas do fornecedor e detentor dos direitos das licenças de uso do sistema de gestão empresarial - SAP e com as mesmas condições comerciais conquistadas na aquisição realizada pela Controladora em 2014 e 2015.

Do montante de R\$ 50.000, foi descontado o valor de R\$ 20.033, correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2016, ainda não adimplido dos contratos de arrendamento Mercantil. O pagamento do preço de R\$ 29.966, assim determinado, correspondeu a uma parcela à vista, liquidada na data de assinatura do TCO, com aproveitamento do saldo de empréstimo de mútuo a receber da Controladora, no montante de R\$ 18.134; e uma parcela de R\$ 11.833, vencida em 31 de janeiro de 2018, atualizada pelo IGPM.

A movimentação dos empréstimos concedidos ao Varejo é como segue:

	31/12/16	31/12/15
Saldo no início do exercício	128.055	-
Empréstimos concedidos líquidos dos recebimentos	21.734	115.231
Transferência para AFAC	(151.544)	-
Receitas financeiras	1.755	12.824
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>128.055</u>

A movimentação dos empréstimos obtidos com o Varejo é como segue:

	31/12/16	31/12/15
Saldo no início do exercício	-	-
Empréstimos obtidos	-	38.309
Pagamentos efetuados	-	(21.274)
Pagamento 1ª parcela da cessão onerosa com aproveitamento de empréstimo de mútuo a pagar	-	(18.134)
Despesas financeiras	-	1.099
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos e transações com o Varejo são como segue:

	31/12/16</
--	----------------------



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	31/12/16	31/12/15
Saldo no início do exercício	353.635	277.827
Aumento de capital no Varejo mediante conversão de AFAC	151.544	-
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	8.384	5.907
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	(25.382)	-
Participação reflexa no resultado do Varejo	(31.565)	68.153
Participação reflexa no <i>hedge accounting</i> do Varejo	(480)	391
Ganho de capital	16	-
Baixa de Investimento - Saraiva Educação	-	1.551
Baixa de Investimento - Minha Biblioteca	-	(164)
Baixa de Investimento - Editora Joaquin	-	(10)
Baixa de Investimento - Editora Pigmento	-	(10)
Baixa de Investimento - Editora Todas as Letras	-	(10)
Saldo no fim do exercício	456.162	353.635

Em 4 de março de 2016 a Controladora subscreveu integralmente o aumento de capital do Varejo no montante de R\$ 151.544, mediante a conversão de Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, formalizado em 1 de março de 2016. Com a subscrição, a Controladora registrou ganho de capital de R\$ 16 e passou a deter 99,99% do capital social do Varejo.

As principais informações do Varejo são como segue:

	31/12/16	31/12/15
Ativo total	1.309.888	1.580.330
Passivo circulante e não circulante	828.305	1.218.243
Patrimônio líquido	481.583	362.087

	31/12/16	31/12/15
Receita operacional líquida	1.737.563	1.773.443
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(1.143.284)	(1.250.369)
Lucro bruto	594.279	523.074
Despesas operacionais	(578.648)	(593.211)
Depreciações	(34.293)	(35.594)
Outras	32.136	(4.110)
Resultado operacional	13.474	(109.841)
Resultado financeiro	(53.599)	(89.380)
Resultado antes dos impostos	(40.125)	(199.221)
Imposto de renda e contribuição social	10.869	35.101
Resultado líquido das operações continuadas	(29.256)	(164.120)
Resultado líquido das operações descontinuadas	(2.312)	232.284
Lucro (prejuízo) líquido	(31.568)	68.164

12. IMOBILIZADO

	Controladora			31/12/15		
	31/12/16			Depre-		
	Taxa	Depre-	Valor	Depre-	Valor	
anual de	cição	cição	líquido	cição	líquido	
depre-	- %	Custo	líquido	Custo	líquido	
Terrenos	-	18.503	-	18.503	-	18.527
Edifícios e construções	4	7.940	(5.768)	2.172	8.006	(5.561)
Máquinas e equipamentos	10	797	(788)	9	860	(846)
Móveis, utensílios e instalações	10	7.204	(5.689)	1.515	7.653	(5.790)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.422	(4.111)	1.311	5.422	(3.312)
Equipamentos de informática	20	11.559	(10.973)	586	11.561	(10.450)
Imobilizado arrendado	20	828	(679)	149	828	(514)
		52.253	(28.008)	24.245	52.857	(26.473)

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil- econômica dos bens, dos dois o menor.

	Controladora			31/12/15		
	31/12/16			Depre-		
	Taxa	Depre-	Valor	Depre-	Valor	
anual de	cição	cição	líquido	cição	líquido	
depre-	- %	Custo	líquido	Custo	líquido	
Terrenos	-	18.506	-	18.506	-	18.530
Edifícios e construções	4	9.381	(6.957)	2.424	9.447	(6.694)
Máquinas e equipamentos	10	6.624	(2.869)	3.755	6.679	(2.421)
Móveis, utensílios e instalações	10	91.461	(64.102)	27.359	88.710	(58.321)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	178.987	(155.464)	23.523	170.426	(145.564)
Veículos	20	460	(452)	8	697	(578)
Equipamentos de informática	20	60.956	(47.535)	13.421	56.822	(42.825)
Imobilizado arrendado	20	2.857	(2.300)	557	2.857	(1.731)
Imobilizado em andamento	-	1.577	-	1.577	3.327	-
		370.809	(279.679)	91.130	357.495	(258.134)

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil- econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica "Imobilizado" foram as seguintes:

	Controladora			
	31/12/15	Adições	Baixas	31/12/16
Custo:				
Terrenos	18.527	-	(24)	18.503
Edifícios e construções	8.006	-	(66)	7.940
Máquinas e equipamentos	860	-	(63)	797
Móveis, utensílios e instalações	7.653	-	(449)	7.204
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.422	-	-	5.422
Equipamentos de informática	11.561	-	(2)	11.559
Imobilizado arrendado	828	-	-	828
Total do custo	52.857	-	(604)	52.253
Depreciação acumulada:				
Edifícios e construções	(5.561)	(273)	66	(5.768)
Máquinas e equipamentos	(846)	(5)	63	(788)
Móveis, utensílios e instalações	(5.790)	(284)	385	(5.689)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.312)	(799)	-	(4.111)
Equipamentos de informática	(10.450)	(525)	2	(10.973)
Imobilizado arrendado	(514)	(165)	-	(679)
Total da depreciação	(26.473)	(2.051)	516	(28.008)
Valor líquido	26.384	(2.051)	(88)	24.245

	Consolidado					Perda por redução ao valor recu- perável	31/12/16
	31/12/15	Adições	Baixas	Transfe- rências			
Custo:							
Terrenos	18.530	-	(24)	-	-	-	18.506
Edifícios e construções	9.447	-	(66)	-	-	-	9.381
Máquinas e equipamentos	6.679	15	(70)	-	-	-	6.624
Móveis, utensílios e instalações	88.710	2.464	(478)	928	(163)	-	91.461
Benfeitorias em imóveis de terceiros	170.426	7.765	(1.353)	2.227	(78)	-	178.987
Veículos	697	-	(237)	-	-	-	460
Equipamentos de informática	56.822	3.803	(349)	771	(91)	-	60.956
Imobilizado arrendado	2.857	-	-	-	-	-	2.857
Imobilizado em andamento	3.327	2.770	(754)	(3.766)	-	-	1.577
Total do custo	357.495	16.817	(3.331)	160	(332)	-	370.809
Depreciação acumulada:							
Edifícios e construções	(6.694)	(329)	66	-	-	-	(6.957)
Máquinas e equipamentos	(2.421)	(518)	70	-	-	-	(2.869)
Móveis, utensílios e instalações	(58.321)	(6.042)	411	(150)	-	-	(64.102)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(145.564)	(11.249)	1.349	-	-	-	(155.464)
Veículos	(578)	(83)	209	-	-	-	(452)
Equipamentos de informática	(42.825)	(5.049)	349	(10)	-	-	(47.535)
Imobilizado arrendado	(1.731)	(569)	-	-	-	-	(2.300)
Total da depreciação	(258.134)	(23.839)	2.454	(160)	-	-	(279.679)
Valor líquido	99.361	(7.022)	(877)	-	(332)	-	91.130

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 332.

13. INTANGÍVEL

	Controladora			31/12/15		
	31/12/16			Amorti-		
	Taxa	Amorti-	Valor	Amorti-	Valor	
anual de	zação	zação	líquido	zação	líquido	
depre-	- %	Custo	líquido	Custo	líquido	
Software	20	711	(497)	214	711	(372)
Intangível em andamento	-	-	-	23.815	-	23.815
	-	711	(497)	214	24.526	(372)

	Controladora			31/12/15		
	31/12/16			Amorti-		
	Taxa	Amorti-	Valor	Amorti-	Valor	
anual de	zação	zação	líquido	zação	líquido	
depre-	- %	Custo	líquido	Custo	líquido	
Agio	-	79.248	(16.578)	62.670	79.248	(16.578)
Cessão comercial	20	32.103	(31.633)	470	32.916	(30.952)
Software	20	92.073	(55.458)	36.615	90.187	(43.482)
Marcas e patentes	-	63	-	63	63	-
Intangível arrendado	20	1.215	(1.198)	17	1.215	(1.099)
Intangível em andamento	-	43.246	-	33.486	-	33.486
	-	247.948	(104.867)	143.081	237.115	(92.111)

As alterações registradas na rubrica "Intangível" foram as seguintes:

	Controladora			
	31/12/15	Adições	Baixas	31/12/16
Custo:				
Software	711	-	-	711
Intangível em andamento	23.815	803	(24.618)	-
Total do custo	24.526	803	(24.618)	711
Amortização acumulada:				
Software	(372)	(125)	-	(497)
Total da amortização	(372)	(125)	-	(497)
Valor líquido	24.154	678	(24.618)	214

	Consolidado				
	31/12/15	Adições	Baixas	Transfe- rências	31/12/16
Custo:					
Agio	79.248	-	-	-	79.248
Cessão comercial	32.916	-	(813)	-	32.103
Software	90.187	599	(4)	1.291	92.073
Marcas e patentes	63	-	-	-	63
Intangível arrendado	1.215	-	-	-	1.215
Intangível em andamento	33.486	11.911	(860)	(1.291)	43.246
Total do custo	237.115	12.510	(1.677)	-	247.948
Amortização acumulada:					
Agio	(16.578)	-	-	-	(16.578)
Cessão comercial	(30.952)	(1.494)	813	-	(31.633)
Software	(43.482)	(11.980)	4	-	(55.458)
Intangível arrendado	(1.099)	(99)	-	-	(1.198)
Total da amortização	(92.111)	(13.573)	817	-	(104.867)
Valor líquido	145.004	(1.063)	(860)	-	143.081

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração não identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas.

Ágio

	Data de aquisição		Consolidado	
	31/12/16		31/12/15	
	06/03/08	62.670	62.670	

Siciliano

Em 31 de dezembro de 2016, o valor recuperável dessa UGC foi determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 16,8% ao ano. As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos e despesas, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2017 a 2021 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano e no crescimento estimado das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16		31/12/15	
	Adições	Baixas	Transfe-	rências
Em moeda nacional:				
BNDES	-	-	62.978	58.798
Empréstimos para capital de giro	6.825	10.022	141.750	260.249
Custos de captação a amortizar	-	-	(3.956)	(7.454)
Arrendamento financeiro	-	23.060	20.034	23.937
	6.825	33.082	220.806	335.531

Em moeda estrangeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16		31/12/15	
	Adições	Baixas	Transfe-	rências
Empréstimos para capital de giro	-	-	122.416	340.357
	6.825	33.082	343.222	675.888
Passivo circulante	4.603	13.386	194.268	471.687
Passivo não circulante	2.222	19.696	148.954	204.201
	6.825	33.082	343.222	675.888

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira, vinculados a operações com derivativos estão apresentados separadamente dos instrumentos financeiros derivativos, correspondentes a R\$ 21.631 registrados no ativo circulante e não circulante.

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Controladora:

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S.A. Varejo:	Capital de giro	CCB	Ago/2013	Abr/2018	Aval Livraria e recebíveis	R\$ 10.000	116,40% Variação CDI a.a.
Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito A	Jul/2014	Ago/2022	Aval Controladora	R\$ 17.929	1,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito B	Jul/2014	Ago/2022	Aval Controladora	R\$ 71.715	1,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito C	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora	R\$ 338	3,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito D	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora	R\$ 338	3,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos no capital de giro	PROCULT Subcrédito E	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora	R\$ 39.224	2,48% a.a. + UM Selic
BNDES	investimentos em tecnologia de plataformas de conteúdo digital social	PROCULT Subcrédito F	Jul/2014	Ago/2024	Aval Controladora	R\$ 7.740	0,98% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S.A.	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Jan/2015	Jan/2018	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 235.000	109,80% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	CCB	Ago/2012	Jul/2018	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 108.500	116,40% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	CCB	Jul/2015	Ago/2018	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 80.000	120,00% Variação CDI a.a.
HP Financial Services S.A.	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Jan/2021	Bem arrendado	R\$ 10.709	Variação do CDI
SG Equipment Finance S.A.	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 12.223	Variação do CDI
Banco IBM S.A.	Aquisição de software	Leasing	Nov/2011	Fev/2017	Bem arrendado	R\$ 2.812	Variação do CDI



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato do Varejo com o Banco do Brasil – Repactuação

O contrato com o Varejo está garantido por aval da Controladora e cessão de direitos creditórios representados por recebíveis de cartão de crédito. Durante a vigência do contrato o Varejo deverá apresentar anualmente com base nas demonstrações contábeis anuais, o seguinte índice, sob pena de exigência da liquidação antecipada:

Dívida financeira líquida consolidada (ajustada) / EBITDA (consolidado) menor ou igual a 2,50

Atendimento à cláusula contratual em 31 de dezembro de 2016:

	Exigido	Atingido
Razão Dívida onerosa líquida/EBITDA menor ou igual	2,50	(4,08)

Para fins do disposto nos contratos com o Banco do Brasil S.A., é considerada a seguinte definição:

Dívida financeira líquida consolidada (ajustada) = somatório da dívida financeira total, incluídas as operações de mercado de capitais (emissão de valores mobiliários), descontadas as disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e cartões de crédito a receber.

15. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos para aproveitamento de crédito em compras futuras.

De acordo com o regulamento do Programa vigente, a cada 1.000 pontos adquiridos o cliente adquire o direito ao desconto de R\$ 15,00 (quinze reais) em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os pontos expiram em um prazo de 12 meses.

A receita de vendas, alinhada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida ao resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes; pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos; e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa a expectativa de expiração dos direitos de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

Em 31 de dezembro de 2016, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$ 933 (R\$ 1.994 em 31 de dezembro de 2015).

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fornecedor - nacional	1.236	39.400	398.280	363.696
Fornecedor - exterior	-	478	4.696	6.255
Fornecedor - Varejo	-	7	-	-
	1.236	39.885	402.976	369.951

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

17. CESSÃO DE CRÉDITOS DE FORNECEDORES COM TERCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Mercado local (risco sacado)	-	13.399	740	16.131

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Controladora e do Varejo, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Essa operação não trouxe nenhuma obrigação adicional a Controladora e sua controlada.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	107	299	1.586	1.868
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	1	28	287	408
Programa de Integração Social - PIS	1	-	15	35
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7	-	69	187
Imposto sobre Serviços - ISS	2	4	197	191
Parcelamento de tributos - Lei nº 12.996/14 (a)	-	-	2.067	2.201
Contribuição Sindical/Assistencial	-	4	52	33
	118	335	4.273	4.923
Passivo circulante	118	335	2.342	2.846
Passivo não circulante	-	-	1.931	2.077
	118	335	4.273	4.923

(a) Em 25 de agosto de 2014, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, o Varejo instruiu pedido de parcelamento para débitos tributários nos termos da Lei nº 12.996/2014, relacionados a compensações não homologadas de tributos federais, com créditos de PIS e COFINS apurados em 2007 e 2008, no montante de R\$ 2.245, sendo parte desse valor, no montante de R\$ 1.331, atribuída ao valor a pagar aos vendedores da empresa adquirida em 2008 (Siciliano S.A.). O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 169 (R\$ 143 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora			
	31/12/15	Despesa	Pagamento	31/12/16
Férias	751	72	(600)	223
13º salário	-	176	(176)	-
Salários a pagar	20	3.186	(3.108)	98
FGTS a recolher	480	1.019	(1.479)	20
INSS a recolher	1.045	1.515	(2.098)	462
Participação nos resultados	1.013	248	(1.261)	-
	3.309	6.216	(8.722)	803
	Consolidado			
	31/12/15	Despesa	Pagamento	31/12/16
Férias	9.903	14.130	(13.712)	10.321
13º salário	-	9.709	(9.709)	-
Salários a pagar	2.229	105.190	(102.754)	4.665
FGTS a recolher	2.206	14.989	(15.146)	2.049
INSS a recolher	7.828	33.699	(34.175)	7.352
Participação nos resultados	7.014	852	(7.866)	-
Bonus eventual (provisão)	3.400	(3.400)	-	-
	32.580	175.169	(183.362)	24.387

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações. A composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos é demonstrada a seguir:

Provisões

	Controladora		
	31/12/15	Constituição/ (Reversão)	31/12/16
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	599	(599)	-
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	1.142	24	1.166
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	688	2.453	3.141
	2.429	1.878	4.307
	Consolidado		
	31/12/15	Constituição/ (Reversão)	31/12/16
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	13.411	(13.411)	-
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	2.872	65	2.937
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	5.310	1.674	6.984
ICMS - Auto de infração (d)	1.690	27	1.717
	23.283	(11.645)	11.638

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS, garantidas por depósitos judiciais. Relativamente às ações impetradas pela Controladora, houve trânsito em julgado favorável para as ações que questionam a ampliação da base de cálculo das contribuições federais PIS e COFINS - Lei nº 9.718/98 e, desfavorável para a ação que questiona a majoração da alíquota da COFINS - Lei nº 9.718/98. Relativamente às ações impetradas pelo Varejo, houve a interposição de Recurso Especial pela União e pelo Varejo, sendo que os referidos recursos encontram-se pendentes de julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

(b) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Controladora e pelo Varejo para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 7/70. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Julgado o mérito, houve o trânsito em julgado reconhecendo a validade e sujeição ao regime da Lei Complementar nº 7/70 e, por força do provimento dado ao agravo da Fazenda Nacional, o processo encontra-se em fase de apuração dos valores devidos à União Federal. Dessa forma, a Controladora e o Varejo reconheceram os respectivos montantes como provisão, na forma da opinião legal dos advogados que patrocinam a causa, considerando a melhor estimativa existente nas datas de encerramento dos períodos de relatório para o cálculo do desembolso necessário para liquidar os créditos tributários. Em 19 de fevereiro de 2010, a Controladora e o Varejo foram intimadas a refazer os depósitos judiciais, nos termos do trânsito em julgado nos montantes equivalentes a R\$ 99 para a Controladora e a R\$ 1.237 para o Varejo. O valor que líquida o crédito tributário ainda está em discussão, e será definido após conclusão de trabalho pericial. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic.

(c) Processos trabalhistas da Controladora e do Varejo substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$ 3.141 e R\$ 2.126, respectivamente. Processos cíveis do Varejo, substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes, no montante estimado de perda de R\$ 1.717.

(d) O Varejo discutiu administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 15 de maio de 2012 foi ajuizada ação para anular os autos de infração. Em 9 de novembro de 2012 foi realizado depósito judicial no montante de R\$ 533 para garantir a ação judicial e suspender a exigibilidade do crédito tributário referente aos autos de infração lavrados em 2011. Em 29 de novembro de 2012 e 4 de março de 2013, foram ajuizadas ações para anular os autos de infração lavrados em 2011, tendo sido deferido pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O montante provisionado é de R\$ 1.697 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic.

Depósitos judiciais

	Controladora		
	31/12/15	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/16
PIS/COFINS (a)	1.486	(559)	927
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	7.451	-	8.716
Processos judiciais trabalhistas	351	654	1.005
	15.354	95	16.714
	Consolidado		
	31/12/15	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/16
PIS/COFINS (a)	14.370	(13.348)	1.022
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	22.238	5.193	27.431
Processos judiciais trabalhistas	1.096	1.338	2.434
	43.770	(6.817)	36.953

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.

(b) Inclui o montante de R\$ 13.993 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originários de liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS na importação do leitor digital - LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$ 590.205, sendo R\$ 355.531 para a Controladora e R\$ 234.674 para o Varejo (R\$ 460.739 em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$ 309.248 para a Controladora e R\$ 151.491 para o Varejo).

A composição dos principais passivos é como segue:

Natureza do processo	Objeto	Valor Estimado
a) Processos de natureza tributária		
INSS	Autos de infração contra a Controladora por falta de recolhimento sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias.	12.100
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS	Representados substancialmente por processos administrativos da Controladora e Varejo relacionados a compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL, sendo que alguns garantidos por depósitos judiciais no montante consolidado de R\$ 6.944 e outros processos de naturezas variadas.	352.201
ICMS	Ações e Autos de infração lavrados contra o Varejo relacionados a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual.	21.920
	A Controladora e o Varejo discutem, administrativa e judicialmente, processos tributários de naturezas variadas.	99.652
	Mandado de Segurança impetrado pelo Varejo em dezoito Estados, com Liminar Deferida para sete Estados para reconhecer a imunidade do ICMS sobre a comercialização do leitor digital - LEV.	não estimável com segurança
PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer alíquota zero sobre as vendas do leitor digital - LEV, com Limitares deferidas para 5 (cinco) dos 13 (treze) processos até 31 de março de 2015.	não estimável com segurança
b) Tributos incidentes sobre processos de importação - II,IPI,ICMS,PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para 26 (vinte e seis) processos de importação (cargas) para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero de PIS e Cofins incidentes sobre a importação do leitor digital - LEV.	21.132
c) Processos de natureza cível	Ação indenizatória ajuizada pela Livraria Cultura e Fernando Flávia de Castro Brandão contra a Controladora e Varejo para discutir suposto plágio de projeto arquitetônico.	1.780
	Diversas ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas a contratos de locação de suas lojas físicas.	22.751
	Outros processos cíveis da Controladora de naturezas variadas e do Varejo relacionados a ações individuais de relações de consumo.	1.134
d) Processos de natureza trabalhista	Diversas ações trabalhistas contra a Controladora e Varejo que discutem substancialmente a responsabilidade subsidiária ou o reconhecimento de vínculo de contrato de trabalho em contratos de prestação de serviço.	57.535

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Controladora, no montante de R\$ 282.999 (R\$ 279.901 em 31 de dezembro de 2015), está representado por 26.701.745 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 17.079.432 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BMF&BOVESPA.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/AGE realizada em 28 de abril de 2015 foi aprovada a alteração do estatuto social da Controladora para majorar o limite do capital autorizado. A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 3.098, mediante transferência de parte da reserva para futuro aumento de capital.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto;
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto;
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias;
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$ 233, com valor de mercado de R\$ 157 (R\$ 10,00 por ação - cotação em 31 de dezembro de 2016).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2016, foi aprovado o cancelamento das ações preferenciais mantidas em tesouraria no montante de 1.894.378, representadas por R\$ 30.686 e com valor de mercado de R\$ 6.990, sem redução do valor do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos" dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

d) Reserva legal

A Controladora não constituiu a reserva legal devido ao prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro e 2016.

e) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica "Despesas operacionais", no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/15	No exercício findo em 31/12/16		
2011 - 6º Programa	256	-	256	-
2014 - 7º Programa (1ª tranche)	63	-	63	-
2014 - 7º Programa (2ª tranche)	92	14	106	-
2014 - 7º Programa (3ª tranche)	83	51	134	20
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	79	48	127	70
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	75	47	122	115
	648	160	808	205

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	176.400	176.400	176.400	176.400	176.400
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	(176.400)	(176.400)	(134.000)	(134.000)	(134.000)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2016	-	-	42.400	42.400	42.400

No período entre 11 de maio e 11 de setembro de 2015, as opções equivalentes a 93.800 ações do 7º Programa (1ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No período entre 09 de maio e 09 de setembro de 2016, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (2ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 7º Programa, foi ajustado o número de opções no montante equivalente a 285.000.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 7º Programa, foi ajustado o número de opções no montante equivalente a 10.000.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Data da outorga	16/07/14	16/07/14	16/07/14	16/07/14	16/07/14
Início do prazo de exercício das opções	11/05/15	09/05/16	08/05/17	07/05/18	13/05/19
Término do prazo de exercício das opções	11/09/15	09/09/16	06/09/17	06/09/18	13/09/19
Taxa de juro livre de risco	10,92%	11,31%	11,50%	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	11	11	11	11	11
Preço fixado - R\$	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	-	-	42.400	42.400	42.400
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	1,41	2,58	3,64	4,64	5,57
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2016 - R\$	-	-	24,22	24,22	24,22

f) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$ 11.190, líquido dos impostos diferidos de R\$ 5.856, representa: a) o valor atribuído ao ativo imobilizado "Terrenos" da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído ("deemed cost"), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, em montante equivalente a R\$ 11.279; e b) resultado de equivalência patrimonial reconhecido sobre os resultados abrangentes do Varejo, correspondente a perda financeira apurada, relacionado a parte efetiva do instrumento derivativo de hedge, no montante de R\$ 89.

g) Constituição de reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovada a constituição de reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído no montante de R\$ 22.255.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 27 de março de 2017, apresentou proposta de distribuição do dividendo obrigatório retido do exercício social de 2015 no valor de R\$ 4.803, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,18 por ação e equivalente a 22% do saldo da Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído, constituída nos termos do artigo 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28/04/2016. O Conselho de Administração propôs, também, fixar o dia 15 de dezembro de 2017 como a data de pagamento desses dividendos. Cabe esclarecer que a matéria deverá ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária prevista para ocorrer em 28/04/2017.

h) Reserva Estatutária

Será proposta pela Administração à Assembleia Geral Ordinária a absorção do prejuízo apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 49.804 à conta de Reserva Estatutária.

i) Participação de não controladores

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Mercadorias	-	-	(1.122.355)	(1.195.519)
Custo dos serviços vendidos	-	-	(20.929)	(15.268)
Despesa com pessoal e encargos	(8.038)	(19.026)	(228.027)	(267.395)
Honorários dos administradores	(3.444)	(5.862)	(7.645)	(9.293)
Direitos autorais	-	-	(165)	(586)
Propaganda e publicidade	-	-	(31.704)	(28.245)
Arrendamentos operacionais	-	-	(69.622)	(71.493)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(35.233)	(35.596)
Frete e embalagens	-	-	(54.205)	(61.377)
Serviços de informática	-	-	(29.105)	(26.724)
Viagens e estadias	-	-	(1.234)	(969)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(28.355)	(31.115)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.482)	(2.161)
Outras	(6.738)	-	(107.091)	(83.145)
	<u>(18.220)</u>	<u>(24.888)</u>	<u>(1.740.152)</u>	<u>(1.828.886)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.143.284)	(1.210.787)
Despesas com vendas	-	-	(476.656)	(486.372)
Despesas gerais e administrativas	(18.220)	(24.888)	(120.212)	(131.727)
	<u>(18.220)</u>	<u>(24.888)</u>	<u>(1.740.152)</u>	<u>(1.828.886)</u>

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado	-	-	-	(208)
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	(335)	(646)
Provisão para perda em investimento	-	(408)	-	(408)
Baixa de impostos a recuperar	-	-	-	(5.894)
Outras provisões operacionais	-	-	-	(967)
Baixa de créditos com fornecedores consideráveis irrecuperáveis	-	-	(4.276)	(1.248)
Baixa de depósitos judiciais	(16)	-	(84)	-
PIS/COFINS sobre outras receitas operacionais e financeiras	(411)	(758)	(5.177)	(2.352)
Cartão "private label"	-	-	(884)	(527)
Provisão para contingências	-	(554)	-	(3.947)
Sinistros com mercadorias	-	-	(125)	(698)
Outras despesas operacionais	-	-	(501)	(1.655)
	<u>(427)</u>	<u>(1.720)</u>	<u>(11.382)</u>	<u>(18.550)</u>

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Resultado na venda de ativo permanente	25.566	-	890	-
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	10.888	10.494
Contribuições sociais a recuperar (i)	-	-	19.042	-
Aluguel de imóvel	1.805	-	1.805	-
Despesas recuperadas	12	-	2.687	1.725
Vendas de saldos e outros produtos	-	-	10	-
Indenizações por sinistros com mercadorias	2	-	154	-
Centro de serviço compartilhado	-	-	4.639	-
Reversão provisão para contingências	-	-	777	-
Outras receitas operacionais	486	-	4.688	501
	<u>27.871</u>	<u>-</u>	<u>45.580</u>	<u>12.720</u>

(i) Créditos de INSS, PIS e COFINS, constituídos com base na opinião dos assessores jurídicos.

28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/16 a 31/12/16			01/01/16 a 31/12/16			01/01/16 a 31/12/16		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Controladora	(16.741)	(33.063)	(49.804)	(17.307)	(34.183)	(51.490)	566	1.120	1.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Lucro (prejuízo) por ação - básico - R\$	(1,74260)	(1,93586)	(1,80160)	(1,80160)	(2,00143)	(1,80160)	0,05897	0,06557	0,05897
Lucro (prejuízo) por ação - diluído - R\$	(1,74260)	(1,92974)	(1,80160)	(1,80160)	(1,99510)	(1,80160)	0,05897	0,06536	0,05897

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/15 a 31/12/15			01/01/15 a 31/12/15			01/01/15 a 31/12/15		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Controladora	33.732	59.972	93.704	(64.145)	(114.042)	(178.187)	97.877	174.014	271.891
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	3,51133	3,51133	(6,67717)	(6,67717)	(6,67717)	(6,67717)	10,18850	10,18851	10,18850
Prejuízo por ação - diluído - R\$	3,51133	3,49351	(6,67717)	(6,67717)	(6,64327)	(6,64327)	10,18850	10,13681	10,13681

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital
Os objetivos da Controladora e do Varejo, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados. As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 14), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 21). Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Empréstimos e financiamentos líquidos de instrumentos derivativos e aquisição de empresas (-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e mútuo	(157)	(131.166)	(125.290)	(189.016)
Dívida líquida	8.922	(96.106)	198.555	408.642
Patrimônio líquido	491.822	524.494	491.861	524.552
Total	500.744	428.388	690.416	933.194
Índice de dívida líquida	1,78%	-22,43%	28,76%	43,79%

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras			157	3.111
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes			-	82.476
Partes relacionadas - contrato de mútuo			-	128.055
Partes relacionadas - cessão onerosa			11.833	-
			<u>11.990</u>	<u>213.642</u>
Passivos financeiros				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos			6.825	33.082
Fornecedores			1.236	39.885
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros			-	13.399
Outras obrigações			7.057	36.126
			<u>15.118</u>	<u>122.492</u>
	Consolidado		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras			125.290	189.016
Valor justo - operação "swap"			21.631	83.249
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes			357.494	318.360
			<u>504.415</u>	<u>590.625</u>
Passivos financeiros				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos			220.807	335.531
Fornecedores			402.976	369.951
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros			740	16.131
Arrendamento operacional e outras obrigações			19.661	50.149
Passivos - valor justo				
Empréstimos e financiamentos			122.416	340.357
			<u>766.600</u>	<u>1.112.119</u>

A Administração da Controladora é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic) e taxas contratuais (nota explicativa nº 14) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada exercício está próximo do valor de mercado.

Não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda. A gestão de risco é realizada pela Administração da Controladora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretórias. A área de Tesouraria da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

A Controladora e o Varejo estão expostos a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados e suas aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	335	7.684	19.094	15.169
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	-	-	43.623	-
Juros sobre empréstimos a controladas	1.755	12.824	-	-
Juros recebidos de clientes	18	-	127	13
Juros sobre impostos a recuperar	2.035	910	5.310	2.984
Descontos financeiros obtidos	68	-	407	471
Juros sobre outras contas a receber - venda segmento editorial	-	-	19.391	-
Valor justo - contrato de cambio	-	-	-	(255)
Outros juros e variações ativas	4	1.243	1.100	2.179
	<u>4.215</u>	<u>22.661</u>	<u>89.052</u>	<u>20.561</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(1.797)	(7.479)	(47.291)	(183.226)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	(1.099)	-	-	-
Valor justo - operação "swap"	-	2.458	(62.975)	106.881
Descontos financeiros concedidos	-	-	(170)	(202)
Outros juros e variações passivas	(829)	(6.101)	(19.642)	(11.212)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(294)	-	(1.741)	(2.805)
Outras comissões financeiras	(130)	(2.385)	(8.672)	(8.209)
Operações "Non-deliverable Forward" - NDF"	14	(49)	(281)	(49)
Outras despesas financeiras	(128)	(203)	(1.927)	(2.217)
	<u>(4.263)</u>	<u>(13.759)</u>	<u>(142.699)</u>	<u>(101.039)</u>
	<u>(48)</u>	<u>8.902</u>	<u>(53.647)</u>	<u>(80.478)</u>

27. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2016, o Varejo possuía 113 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). As despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, são como segue:

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Arrendamentos operacionais - nota explicativa 23	69.622	71.493
O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas" no passivo circulante em 31 de dezembro de 2016 no consolidado é de R\$ 12.604 (R\$ 11.068 em 31 de dezembro de 2015). Os compromissos futuros (consolidado), oriundos dos contratos de arrendamento operacional, em 31 de dezembro de 2016 totalizam um montante mínimo de R\$ 234.014, sendo:		
	Valor	
	31/12/16	31/12/15
Até 31/12/17	82.103	-
De 01/01/18 a 31/12/18	55.044	-
De 01/01/19 a 31/12/19	40.225	-
De 01/01/20 a 31/12/20	21.098	-
De 01/01/21 a 31/12/21	12.378	-
Demais vencimentos até 2022	23.166	-
	<u>234.014</u>	<u>-</u>

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/16 a 31/12/16			01/01/16 a 31/12/16			01/01/16 a 31/12/16		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Ordinárias	(16.741)	(33.063)	(49.804)	(17.307)	(34.183)	(51.490)	566	1.120	1.686
Preferenciais	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Total	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Ordinárias	(1,74260)	(1,93586)	(1,80160)	(1,80160)	(2,00143)	(1,80160)	0,05897	0,06557	0,05897
Preferenciais	(1,74260)	(1,92974)	(1,80160)	(1,80160)	(1,99510)	(1,80160)	0,05897	0,06536	0,05897

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/15 a 31/12/15			01/01/15 a 31/12/15			01/01/15 a 31/12/15		



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de "swap" firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixada sujeitas à variação do CDI, conforme o caso.

Os instrumentos derivativos associados foram designados formalmente como *hedge* com o propósito de afastar o risco cambial e oscilações das taxas de juros contratadas.

O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Exposição a moeda estrangeira

	R\$	
	31/12/16	31/12/15
Empréstimos e financiamentos	100.785	257.108
Swap	(100.785)	(257.108)
Exposição líquida		

Em 31 de dezembro de 2016, o detalhe dos contratos de "swap" em aberto é como segue:

	Consolidado				
	Valor de referência	Banco	Juros	Juros	Valor justo
Banco	Vencimento	(nacional)	Indexador	Indexador	Juros
Itaú	22/01/18	235.000	US\$	3,53% a.a.	CDI 109,80% a.a.
		235.000			21.631

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A exposição máxima a este risco naquela data está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	157	3.111	125.290	189.016
Contas a receber de clientes	-	82.476	357.494	318.360
Partes relacionadas - cessão onerosa	11.833	-	-	-
	11.990	85.587	482.784	507.376

Em 31 de dezembro de 2016, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 5.070 (R\$ 3.430 em 31 de dezembro de 2015), para cobrir os riscos de crédito.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

	Controladora				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operação					
Fornecedores	1.236	-	-	-	1.236
Empréstimos e financiamentos	5.025	2.345	-	-	7.370
Outras obrigações	4.803	-	2.254	-	7.057

	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operação					
Fornecedores	402.976	-	-	-	402.976
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	740	-	-	-	740
Empréstimos e financiamentos	198.434	110.173	47.651	8.249	364.508
Arrendamento operacional e outras obrigações	17.407	-	2.254	-	19.661

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Controladora e o Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" do Varejo está substancialmente distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

j) Linhas de crédito

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Empréstimos:		
Utilizado	240.637	523.208
Financiamentos:		
Utilizado	58.136	54.447
Não utilizado	-	82.837

k) Garantias concedidas

	Consolidado
	31/12/16
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	40.000
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	11.638
Cartas de fiança em garantia ao contrato de financiamento junto ao BNDES	64.576
	116.214

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$ 8.672 (R\$ 8.209 em 31 de dezembro de 2015).

l) Valor contábil e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	157	157	125.290	125.290
Valor justo - operação "swap"	-	-	21.631	21.631
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	357.494	357.494
Partes relacionadas - cessão onerosa	11.833	11.833	-	-
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	6.825	6.898	220.807	222.683
Fornecedores	1.236	1.236	402.976	402.976
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	-	-	740	740
Arrendamento operacional e outras obrigações	7.057	7.057	19.661	19.661
Passivos - valor justo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	122.416	122.416

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas - Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) - O valor justo para as operações com derivativos da Controladora e do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, por seus membros efetivos, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, analisou: (i) o Relatório Anual da Administração; (ii) as demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, incluindo o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, sem ressalva, a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros e práticas adotadas no Brasil, emitido em 27 de março de 2017; e (iii) a proposta da Administração de distribuição parcial do dividendo obrigatório retido do exercício social de 2015 no valor de R\$ 4.803.488,10 (quatro milhões, oitocentos e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e dez centavos), correspondentes ao valor bruto de R\$ 0,18 (dezoito centavos) por ação e equivalente a 22% (vinte e dois por cento) do saldo da Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído constituída nos termos do art. 202, parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2016. Com base nas suas verificações e esclarecimentos obtidos da Administração, o Conselho Fiscal, por maioria, é de opinião que o Relatório Anual da Administração e as demonstrações contábeis descritas nos itens (i) e (ii) acima e a proposta da Administração mencionada no item (iii) acima estão em condições de serem submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia, em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária previstas para ocorrer no dia 28 de abril de 2017.

São Paulo, 28 de março de 2017.

João Verner Juenemann	Sérgio Ramires Salzano	Karen Sanchez Guimarães	Daniel Vinicius Alberini Schrickte	Carlos Antonio Vergara Cammas
Presidente	Secretário			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Saraiva S.A. Livreiros Editores
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva S.A. Livreiros Editores ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Saraiva S.A. Livreiros Editores em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Existência e valorização dos estoques do Varejo

(Conforme notas explicativas 3. Principais políticas contábeis g) estoques e 6. Estoques)

Os estoques são compostos basicamente por mercadoria para revenda que estão estocados em dois centros de distribuições localizados em Cajamar - SP e Salvador - BA e nas lojas físicas. A valorização dos estoques pode ser afetada por eventual erro na movimentação e controle sobre as quantidades físicas, que são controladas por meio de controles sistêmicos de entradas de saídas e checadas por meio de inventários físicos anuais pela Companhia. Este assunto foi considerado um PAA, devido ao risco significativo relacionado a eventual existência de erro que possa ocorrer na movimentação dessa quantidade física, que resultaria em uma valorização inadequada dos saldos de estoques em 31 de dezembro de 2016, uma vez que existe um número considerável de itens nos estoques, sendo também alto o volume de movimentação de entradas e saídas dentro do período/exercício.

a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos da Controladora e do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Controladora divulga seus ativos e passivos a valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 - premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos os ativos e passivos da Controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	-	157	-	157

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	15.100	110.190	-	125.290
Valor justo - operação "swap"	-	21.631	-	21.631
Valor justo - empréstimos e financiamentos	-	(122.416)	-	(122.416)
	15.100	9.405	-	24.505

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Com a reorganização societária ocorrida em junho de 2015, a gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, passou a ser realizada através do único segmento denominado "Varejo".

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A distribuição é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

31. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado das operações do segmento editorial, objeto do Contrato de Compra e Venda de Quotas e outras Avencas celebrado entre o Varejo com a Ática pela venda da SE.

O segmento Editora não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração de resultados comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para apresentação da operação descontinuada separadamente das operações continuadas, é como segue:

Resultado líquido de operações descontinuadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita operacional líquida	16.181	425.008	16.181	385.426
CPV	(15.430)	(191.967)	(7.036)	(186.059)
Lucro bruto	751	233.041	9.145	199.367
Despesas operacionais	(5.843)	(156.781)	(5.843)	(156.153)
Equivalência patrimonial	(2.312)	233.376	-	-
Depreciações	-	(1.747)	-	(1.747)
Outras	304	(12.369)	(3.200)	320.486
	(7.851)	62.479	(9.043)	162.586
Lucro (Prejuízo) operacional	(7.100)	295.520	102	361.953
Despesas financeiras	(441)	(16.947)	(441)	(16.947)
Receitas financeiras	-	1.465	-	1.465
	(441)	(15.482)	(441)	(15.482)
Lucro (Prejuízo) líquido antes do IR	(7.541)	280.038	(339)	346.471
IR diferido	834	17.096	2.025	54.713
IR despesa	-	(25.243)	-	(162.302)
Resultado das operações descontinuadas	(6.707)	271.891	1.686	238.882

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$ 1.686 (R\$ 238.882 em 31 de dezembro de 2015) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de (usado em) operações descontinuadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	41.024	215.821	406.263	214.932
Caixa líquido das atividades de investimento	-	(186.361)	-	76.108
Caixa líquido das atividades de financiamento	(1.942)	57.470	4.140	20.450
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	39.082	86.930	410.403	311.490

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Controladora e o Varejo adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas dos seguros são assim demonstradas:

	31/12/16	31/12/15
Lucros cessantes	100.000	100.000
Incêndio - importância máxima	118.364	57.000
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	1.025	1.025

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de fevereiro de 2017 o Varejo assinou Contrato Master de Arrendamento Mercantil com a HP Financial Services arrendamento Mercantil S.A. para equipamentos, softwares e serviços técnicos no montante de R\$ 6,5 milhões, com prazo de 36 meses.

Em 8 de março de 2017, por unanimidade de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os livros eletrônicos (*e-books*); os *e-readers*, assim compreendidos como suportes físicos ou mesmo imateriais utilizados na veiculação de livros; e os acessórios e componentes dos livros e periódicos estão abrangidos pela imunidade tributária (IPI, ICMS e II) prevista na Constituição Federal de 1988 para os livros impressos. A decisão beneficia diretamente as ações em curso instruídas pelo Varejo para importação do seu *e-reader*, garantidas por depósitos judiciais no montante de R\$ 13 milhões.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Eduardo Saraiva	Jorge Saraiva Neto	Júlio Sérgio de Souza Cardozo
Presidente	Membro	Ricardo Dória Durazzo
Olga Maria Barbosa Saraiva	Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves	Thiago Hi Joon You
Vice-Presidente	Membro	Membros Independentes
DIRETORIA		
Jorge Saraiva Neto		
Diretor-Presidente		
Marcus dos Santos Mingoni		
Vice-Presidente Financeiro		
Henrique Hildebrand Garcia		
Vice-Presidente Jurídico e de Governança		

Davi Hernandez Garcia – Contador – CRC 1SP146453/O-4



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais na mensuração dos contratos de empréstimos, realizamos, entre outros procedimentos: Avaliação dos controles internos implementados pela Administração para monitoramento das cláusulas restritivas. Nesse sentido, examinamos a liquidação financeira das parcelas registradas no passivo circulante realizadas no decorrer do exercício e corroboramos por meio de testes substantivos do recalculou os índices financeiros estabelecidos nos contratos, visando averiguar se em 31 de dezembro de 2016 a Companhia estava em *compliance* com os *Covenants* firmados nos contratos de empréstimos e financiamentos.

- Recuperação dos créditos tributários

(Conforme notas explicativas 3. Principais políticas contábeis p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos), 7. Impostos e contribuições a recuperar)

A Companhia e o Varejo possuem registrados no ativo circulante e não circulante créditos tributários, relacionados às contribuições PIS/COFINS apurados sobre as compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas. O Varejo possui ainda, créditos de ICMS e ICMS ST apurados substancialmente nas operações de abastecimento realizadas pelo Centro de Distribuição em São Paulo onde o Varejo é beneficiário de Regime Especial para ser o responsável por sujeição passiva nas operações de abastecimento com mercadorias adquiridas, sujeitas ao regime de substituição tributária. Adicionalmente existem créditos tributários diferidos calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias do Varejo e sobre diferenças temporárias da Companhia. Este assunto foi considerado um PAA, devido ao risco significativo em relação aos créditos tributários versus a capacidade da Companhia e do Varejo em realizar os referidos créditos tributários por meio de suas operações normais de revenda das mercadorias, assim como, sobre a capacidade de materialização da expectativa de lucros tributários futuros, que suportariam o registro dos créditos tributários, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil, já que estes ativos estão sujeitos a estimativas, julgamentos e suposições efetuadas pela Administração da Companhia e do Varejo que envolvem alto grau de julgamento e estimativas críticas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais na mensuração da futura recuperação ou realização dos créditos tributários, foram realizados, entre outros procedimentos: Avaliação dos controles internos implementados pela administração para identificar e mensurar os créditos tributários e sua forma de realização. Nesse sentido, foram envolvidos nosso time de especialistas da área tributária, para validação dos regimes especiais do ICMS em que o Varejo é beneficiário nos Estados de São Paulo e Bahia, por meio dos quais é o responsável tributário por sujeição passiva nas operações de abastecimento com mercadorias adquiridas sujeitas ao regime de substituição tributária, testes na integridade dos relatórios que compõem os saldos de impostos, nas transações de compras através de amostragem. No caso dos créditos tributário diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, envolvemos nossos especialistas da área financeira para validação das premissas e cálculos de expectativa de rentabilidade futura, que suportavam o registro dos referidos créditos tributários diferidos. Adicionalmente, testamos a apropriada segregação entre circulante e não circulante no caso dos impostos a recuperar de acordo com o histórico de recuperabilidade média dos impostos ocorridos e nas estimativas preparadas pela Administração para realização dos referidos créditos com base nas operações estimadas a serem realizadas entre o curto e longo prazo.

- Análise de recuperabilidade do Ágio registrado na aquisição da Siciliano

(Conforme notas explicativas 3. Principais políticas contábeis j) Intangível e 13. Intangível)

A Companhia por meio de sua controlada "Varejo" adquiriu em 06 de março de 2008 o controle da Siciliano. Na aquisição foi pago a título de "Ágio" o montante de R\$ 62.670 mil, o qual anualmente é avaliado a sua recuperabilidade através das projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro, descontado a valor presente com a taxa de desconto nominal. Este assunto foi considerado um PAA, devido ao risco de a avaliação de recuperação do ativo estar de forma inadequada mensurada, uma vez que na determinação do valor justo, existe utilização de premissas desenvolvidas internamente, além de julgamento, estimativas e suposições desenvolvidas pela Administração da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais na mensuração do *impairment* sobre o ágio registrado na aquisição da Siciliano, realizamos, entre outros procedimentos: testes das bases utilizadas para a elaboração do fluxo de caixa, envolvidos nosso time de especialistas de valuation, que avaliaram, testaram e desafiaram as premissas e suposições utilizadas na projeção de fluxo de caixa.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 28 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicional (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS que não requerem o DVA, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definido nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis

ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2017.



Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

www.saraiva.com.br